



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 046

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	0524
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	0524

TAQUIGRAFIA

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA (Em 10 de março de 2015)

Presidência dos Srs.

Jean Oliveira - Deputado
Laerte Gomes - Deputado
Edson Martins - 1º Vice-Presidente
Só na Bença - Deputado
Maurão de Carvalho - Presidente
Hermínio Coelho - 2º Vice-Presidente

Secretariados pelo Sr.

Lebrão - 1º Secretário.

(Às 15 horas e 28 minutos é aberta a sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Aírton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 5ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária Anterior.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Proceda à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Ofício nº 214/2015 – Ministério Público do Estado, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Ministério Público do Estado de Rondônia a transferir, mediante doação, imóveis de sua propriedade para manutenção das sedes da Defensoria Pública do Estado de Rondônia nos municípios de Rolim de Moura e Colorado do Oeste”.

02 – Ofício Circular nº 036/2015 – SINGEPERON, informando que haverá greve em todo o sistema prisional e sócio-educativo do Estado com início em 19/03/2015 às 7h da manhã.

03 – Requerimento - do Senhor Deputado Saulo Moreira, justificando sua ausência na sessão do dia 3 de março de 2015.

04 – Memorando nº 051/2015 – Gabinete do Deputado Jesuíno Boabaid, encaminhando denúncia do Senhor Policial Militar Francisco Renato dos Santos Gomes de possíveis

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **LUIZINHO GOEBEL**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

irregularidades no procedimento de exclusão do curso de Formação de Oficiais da PM/RO.

05 – Memorando nº 050/2015 – Gabinete do Deputado Jesuíno Boabaid, encaminhando denúncia do Senhor Policial Militar Jefferson Amorim Barros, que trata de violação de procedimentos administrativo no âmbito da Polícia Militar.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Passemos às Breves Comunicações. Não há nenhum deputado inscrito. Encerrada as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra pelo prazo de vinte minutos, com apartes, o ilustre deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde a todos! Em nome do Presidente, cumprimento todos os deputados estaduais, a imprensa, as pessoas que se fazem presente na galeria, os jornalistas e os servidores desta Casa. Hoje, pela primeira vez que venho manifestar, usar a tribuna, usando os apartes. Mas hoje, oficialmente, quero fazer uso da tribuna. Quero começar com referência a questão de um pedido que eu vou fazer: a abertura de uma CPI. E para quê essa CPI? É referente ao desaparecimento de crianças em Hospitais Públicos e conveniados com o Estado de Rondônia. Já existem três crianças desaparecidas e o Estado não deu, até o presente momento, resposta aos pais e mães dessas crianças.

Então vamos pedir a abertura de CPI, acredito que os nobres pares deverão assinar esse requerimento porque preciso de oito assinaturas para dar uma resposta. O Parlamento Estadual, também tem esse poder e essas atribuições de criar essa comissão. E essa comissão vai utilizar das prerrogativas constitucionais para dar uma resposta. Ao final do relatório remeteremos aos Órgãos auxiliares, fiscalizadores que são: Ministério Público, Tribunal de Justiça para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis. Vamos pedir a abertura desta CPI. Outra questão que quero discutir é a decisão do TRE sobre o senhor Governador, cassado, Confúcio Aires Moura, e o senhor vice-Governador do Estado de Rondônia, Daniel Pereira terem sofrido uma punição por parte do TRE. Senhores, sou muito... gosto de me aprofundar dentro do ramo jurídico, sou acadêmico de direito, estou finalizando o meu curso de direito..., e ali eu pude perceber que a decisão foi 4 a 3, mas já existe outras discussões do âmbito dos TREs. E do próprio STF confirma o abuso de poder econômico em questões de convenções. Não pode o candidato utilizar do seu direito: no caso ele era Governador e na convenção partidária do PMDB, fez aquela convenção onde distribuiu comida e bebida: as provas são robustas. Não se discute. Mas isso causa um prejuízo para o Estado de Rondônia, que a partir do momento que há a cassação do Governo o Estado fica instável. Então para nós mesmos Parlamentares, aprovações de matérias, discussões orçamentárias e outras questões inerentes. Há um prejuízo enorme para o cidadão rondoniense e para nós. Então temos sim... Há uma decisão que vai ser publicada, acredito até quinta-feira. Publicou o acórdão, o prazo é 72 horas se o Governo não conseguir a liminar ele vai estar afastado do Governo e quem vai assumir é o segundo colocado: Expedito Junior.

Quero dizer que, infelizmente essa decisão traz um prejuízo enorme para Rondônia, mas a justiça deve ser feita, porque do jeito que pode acontecer com o Governador, vai acontecer com um deputado, vereador, temos que acabar com esses desmandos, temos que acabar com isso. Por que o cara está no poder e utiliza das ferramentas, e também não é só essa no TJ, esse processo que esta tramitando, são quatro de um total de cinco, fora essa que já houve procedência tem mais quatro e tem provas... Também existe até um Major, Major que é depoente, onde foi feito um convite de mil reais e ele se negou a comprar e por isso foi exonerado, está no depoimento, não sou eu quem está falando, não. Ainda para complicar também existe um processo tramitando é o inquérito 794 onde o próprio Governador foi conduzido coercitivamente à Polícia Federal. E aí? Isso é outra situação que também causa prejuízo para o Estado de Rondônia. É uma questão que temos que discutir.

O Sr. Lebrão – Um aparte.

O Sr. JESUINO BOABAID – Pois não.

O Sr. Lebrão – Cumprimento vossa excelência que faz uso da tribuna pela primeira vez. E cada um tem o seu entendimento jurídico nessa questão do Governador Confúcio Moura. No meu entendimento essa aberração do TRE. Primeiramente porque dentro de uma convenção ainda não temos o nome do candidato, então não poderia de maneira nenhuma usar o Governador Confúcio Moura como bode expiatório. Isso prejudicou? Sem duvida nenhuma, como vossa excelência mesmo diz: mais uma vez expondo o Estado de Rondônia para todo o País. Ouvimos as pessoas dizerem que o Governador Confúcio Moura vai ser cassado e vai entrar o Expedito Junior que também foi um Senador cassado. Então quem perde com isso é o Estado de Rondônia. Agora eu lamento profundamente a atitude do TRE de Rondônia quanto a essa questão, porque se fosse para pegar, para usar o Governador como bode expiatório teria que usar todos os candidatos que venceram essas eleições que estavam também naquela convenção. Então isso foi injustiça para com o Estado de Rondônia.

Mais uma vez o nosso Estado entra na mídia, sendo prejudicado profundamente, e hoje os investidores dos grandes centros do país não querem nem mais investir em Rondônia porque lamentavelmente só chegamos na mídia, nos veículos de comunicação com essas ações, que lamentavelmente prejudica, deputado Jean Oliveira, muito a população do Estado de Rondônia. Eu entendo que o Governador vai, sem dúvida nenhuma conseguir essa liminar o mais rápido possível e nós vamos passar mais esse episódio triste que está acontecendo dentro do Estado de Rondônia por causa de ações... Eu, principalmente, não concordo de maneira nenhuma, mas que infelizmente, vem acontecendo dentro do Estado de Rondônia. Muito obrigado pelo aparte, senhor deputado.

O SR. JESUINO BOABAID – Eu agradeço deputado, realmente para cada um, cada um aqui é um, são 24 deputados cada um com seu conhecimento, cada um com as suas decisões, cada um com a sua formação de opinião. Mas existe, como eu disse

não é, se o TRE julgou... Eu até me perguntei deputado, posteriormente falei, eu fiz uma pergunta existe alguma decisão no âmbito da unidade da Federação onde a questão da ampla distribuição de comida nas convenções era liberado? Eu fui fazer um apanhado, busquei horas e já existe, existe já uma ementa, existe uma decisão idêntica de vereadores em uma convenção onde distribuiu comida, certo? Foi paralelamente isso uma questão, estava tendo uma convenção e estava tendo um aniversário e o TRE local no caso a Justiça de 1º Grau entendeu que isso era um abuso de poder econômico e julgou, no caso condenou ele a três anos, no caso os participantes que estavam nesse local, a questão da inelegibilidade e subiu para o STF e eu vou ver qual foi a decisão do STF. Da mesma forma a decisão da Ministra Daurita Vaz, diz o seguinte: ante o exposto nego o seguinte agravo nos termos do artigo 36, parágrafo 6º do Regimento Interno. Então existe, eu sei que isso fragiliza o Estado de Rondônia, eu penso Estado, eu não quero saber se é Confúcio, eu não quero saber se é A, B, C ou D eu quero saber que infelizmente o Estado de Rondônia está ficando enfraquecido com essas, não só essas, decisões que acontecem nos Tribunais. Entendo que tem que haver decisões coerentes dentro de uma norma. Não é uma cassação também as bruxas, que eu também abomino, já vivenciei isso na pele, vivenciei e passo até hoje, sou um ex policial militar, onde existem policiais que participaram de movimentos paredistas, que é a greve. Todos foram anistiados e eu até o presente momento, estou licenciado da Polícia Militar, é uma perseguição política e esse governo, que eu falo governo, não estou falando governo Confúcio Moura, jamais os senhores vão me ouvir ofendendo a honra, a dignidade, a pessoa do Dr. Confúcio, mas quanto governo vai ter um parlamentar aqui atuante, eu sei também dos senhores a questão da atuação porque é assim que deve ser o parlamentar, representar o Estado de Rondônia, representar os cidadãos os quais o elegeram no intuito de buscar fazer valer o seu voto, é isso que eu vou fazer aqui. Então, é dessa forma que eu digo sobre a questão da decisão do TRE, não quero falar, eu acompanho sim, que são seis juízes, inclusive desembargadores e se eles decidiram dessa forma 4 a 3, cabe agora ao Governo buscar a reforma dessa decisão que eu digo que vai ser complicado, vai ser uma questão discutível, vai ser uma questão meio problemática.

Sobre a questão do Expedito Júnior, também foi cassado, também foi cassado, então ele é o primeiro senador cassado, que também é do Estado de Rondônia que causou também uma vergonha. Rondônia é palco de escândalos, é Governo que foi conduzido, é senador que foi cassado, é deputado que foi preso, que foi afastado, então tem um monte de coisas que, infelizmente, Rondônia passa por isso, esperamos agora nesta nova Legislatura que isso vá mudar, e já está mudando com a atuação que estamos fazendo, que vem buscando inerente a isso.

Outro ponto que eu quero falar também é a questão dessas usinas do Madeira. As usinas do Madeira novamente, eu sei que está tendo enchente no Amazonas, o que é para baixo ainda é um pouco salutar é um pouco que podemos entender que é uma questão da natureza. Mas para cima, aí para o Acre, da questão de Guajará-Mirim, viu Deputado Neidson, a situação da mesma forma está alagando, ontem chegou a 17 metros e alguns centímetros e acreditamos que

vai aumentar o volume das águas sim, cadê as compensações? Essas usinas, quem fez o consórcio é Odebrecht, é o mesmo consórcio e as empresas que estão participando da denúncia do "Petrolão", entendeu? Aqui em Rondônia só veio para desmatar, acabou com a nossa flora, com a parte das cachoeiras. Então para mim, volto a repetir, essas usinas é a desgraça que trouxeram para nós. De compensação não trouxe nada, e temos que buscar também resolver, fiscalizar. Hoje eu liguei lá e perguntei quem é que responde pelo Consórcio, pelas Usinas, me deram dois nomes, mas ninguém, uma pessoa responsável mesmo, não um é fulano de tal que responde por isso e outro por, "sim, o superintendente, quem é?" Ah! Ninguém sabe responder, não. Então temos que buscar também fiscalizar, e que essas pessoas, que hoje foram atingidas, estão sem um teto, estão sem realmente um valor para prover a sua alimentação, dar condições de vida, temos que buscar como parlamentar essa resolução.

O Sr. Dr. Neidson – Um aparte, nobre deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, deputado.

O Sr. Dr. Neidson – Eu estive numa reunião no distrito do Araras, próximo a Guajará-Mirim e foi feito um estudo por um engenheiro que disse que não só antes da usina, mas depois da usina também tem consequências. Então essa consequência que nós temos de enchentes aqui, ele tem os estudos, também faz parte da usina porque o rio Amazonas também tem influências dessas enchentes que tem aqui no município. Nós temos o distrito do Arara que foi praticamente todo alagado, a defesa civil pediu para que aquelas pessoas saiam do local, mas não tem o remanejamento desse pessoal, não tem onde ir até agora. Então eu concordo com V. Exª e parabéns pela explanação na tribuna.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu que agradeço.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Jesuíno, vossa excelência me concede um aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Com o aparte, deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Estou atentamente ouvindo o vosso pronunciamento e diante daquilo que V. Exª disse sobre as enchentes do Madeira eu estou fazendo um apanhado profundo sobre essa calamidade que vem acontecendo, ano passado e este ano está sujeito a ocorrer talvez com intensidade menor, mas acontecerá novamente uma calamidade para aqueles que moram ali. Então eu estou convidando V. Exª e os demais membros que em alguns dias eu irei apresentar pela Comissão de Meio Ambiente um protocolo e um estudo não tão aprofundado, mas para a gente aprofundar ainda mais sobre essa calamidade. Quando a gente fala das pessoas, como por exemplo, lá no distrito de Araras, nós não temos que somente discutir a questão da relocação, deputado Neidson, porque nós temos que observar que esse é um fato que está ocorrendo todos os anos. O ano passado aconteceu, este ano irá acontecer novamente, a gente já vê o shopping popular alagado, já vê que o TER, novamente vai ser

alagado e isso vai acontecer nos próximos anos, então nós precisamos tomar uma atitude não de realocar as pessoas que vivem ali no período da água e no período da seca colocar elas novamente na casa delas, nós temos que discutir uma solução, isso é o que a Assembleia tem que fazer. Eu preparei um discurso, mas hoje não vou fazer esse discurso, amanhã irei me pronunciar a respeito das hidrelétricas e aí esse assunto que V. Ex^a traz aqui sobre a realidade das pessoas é muito mais sério e grave do que a gente pode imaginar. Então amanhã entrarei com pronunciamento para poder falar justamente o quanto a população de Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré, principalmente esses três municípios estão sofrendo por conta das cheias do Madeira que tem, sim, uma situação agravada com a construção das hidrelétricas do Madeira.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Eu agradeço pelo aparte a Vossa Excelência, presidente. Eu andei o baixo Madeira e conheço muitas pessoas, uma senhora me falou, algumas, inclusive foi um depoimento, de algum discurso que isso não ocorreria daqui a 180 anos essa questão dessa enchente, já estamos atingindo 17 metros. E, cadê, já passou, é um discurso falacioso, é um discurso mentiroso das pessoas que tentam defender essas benditas usinas, que para mim qual foi o lucro para Rondônia? Acabou. Você vê imóvel sendo alugados, depreciados, hoje você vê mais placa de aluguel e vende-se em todo local. Então para mim não houve nenhum benefício, e toda questão de compensação é só em hospitais, mas a compensação mesmo para as pessoas que foram atingidas não trouxeram. Então vou aguardar amanhã o seu discurso, deputado, para realmente formar essa comissão e buscar.

Para finalizar, quero falar sobre a questão dos militares. Eu sou presidente da Comissão de Segurança Pública, inclusive o deputado Leo Moraes é o vice-presidente, sou vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, e ontem, infelizmente, Deputados, quero falar para os senhores, tem pessoas que ou não tem noção ou não respeitam realmente o deputado. Eu fui fazer uma visita no Centro de Correição onde foram solicitadas duas cadeiras e duas mesas e eu fui levar lá, para atendimento psicológico e dentista, e o senhor Major PM Frederico, eu falo o nome dele, ele falou – Não, aqui deputado vai até ali na porta, mas você não pode fiscalizar. Eu acionei o Comandante Geral da Polícia Militar, acionei o Corregedor, acionei todas as pessoas acima dele, mas é incabível um deputado ser praticamente barrado. Mas ele falou, mas ele não teve coragem de ir ao Centro de Correição para falar isso para mim, ele mandou um sargento. É assim que funciona na ditadura, lá dentro do quartel, o comandante manda e quem deve acatar é o subordinado, é o cabo, é o soldado, é o sargento, porque o major, o coronel não tem coragem de ditar essas regras. Eu vou falar aqui, por isso que está sendo registrado.

O Sr. Leo Moraes – Permite-me um aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAI – Com o aparte.

O Sr. Leo Moraes – Deputado, quero fazer um aparte, por gentileza. Parabeno o vosso discurso em relação às usinas e também a essa cena, esse momento lamentável que ocorreu no Centro de Correição, e digo que além de me solidarizar na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos na

qual V. Ex^a é vice-presidente, nós vamos oficializar imediatamente, também convocar o Major para dar as devidas explicações aqui na Assembleia Legislativa. Porque como V. Ex^a disse, é descabida essa vedação de entrar e fiscalizar, coisa que é nossa prerrogativa legal e, diga-se de passagem, é a nossa atividade mais importante que nós temos na Assembleia Legislativa. Conte conosco, e agora, na próxima sessão nós já vamos fazer essa convocação. Obrigado.

O Sr. Cleiton Roque – Permita-me um aparte, Deputado.

O SR. LÉ MORAES – Pois não, Deputado.

O Sr. Cleiton Roque – Eu quero dizer a vossa excelência que podemos divergir em alguns assuntos, e vai ser natural, e acredito que vai ser assim com os demais Deputados, agora nessa questão nós convergimos. Não tem cabimento continuar com esse tipo de prática relacionada a vossa excelência. Porque ontem foi vossa excelência, amanhã pode ser comigo, pode ser qualquer outro Deputado desta Casa, deputado Lebrão. Não podemos compactuar com esse tipo de prática, porque vossa excelência estava fazendo o seu papel de fiscalizar, de acompanhar, e nós temos que dar uma atenção, sim, Deputado, para com o que acontece com os nossos presídios. Enfim, não só aqui na capital de Porto Velho, do interior do Estado também tenho recebido muitas críticas da maneira que está sendo conduzido o presídio na cidade de Pimenta Bueno. É preciso ter que ser dada, o deputado Só Na Bença, tem obtido essas informações, também. Eu quero dizer a vossa excelência, este tipo de prática não pode continuar a acontecer, e nós temos que nos juntar para combater, porque amanhã ou depois pode ser eu que esteja de fato, recebendo este tipo de tratamento.

A Sra. Lúcia Tereza - Permita-me um aparte, Deputado.

O Sr. Aécio da TV – Permita-me um aparte, Deputado.

O SR. JESUINO BOABAI – Pois não, Deputado

O Sr. Aécio Da TV – Deputado Jesuíno eu quero parabenizar pelo discurso, pelas suas colocações com relação ao desaparecimento das crianças, com relação às cheias e a preocupação que vem tendo com relação aos desabrigados, problemas que vem ocorrendo com as cheias. Mas quero manifestar o meu apoio, principalmente, a essa situação de que o Deputado está sendo cerceado o seu direito de fiscalizar. Nós, o Parlamento, isso já aconteceu na Câmara de Vereadores, o nobre vereador Leo Moraes sabe disso quando estávamos naquele Parlamento, nós não podemos admitir porque fomos eleitos para legislar e, principalmente, para fiscalizar. É um direito, é um dever. A população confiou a nós esse direito e nós não podemos abrir mão. Sou favorável a convocação de quem quer que seja, de qualquer Secretário, de qualquer órgão do Estado de Rondônia, nós temos o direito de fiscalizar e nós não podemos abrir mão desse direito. Parabéns, deputado.

A Sra. Lúcia Tereza – Permita-me um aparte, nobre Deputado.

O SR. JESUINO BOABAID – Pois não, deputada Lúcia Tereza.

A Sra. Lúcia Tereza – E quando o deputado Cleiton falou, e o deputado Aécio falou, e realmente, não foi vossa excelência que foi aviltado, subestimado, humilhado, foi o Parlamento, que o senhor representa, todos nós, naquela hora. E mais do que nós, os vinte e três Deputados, o senhor estava representando o povo de Rondônia, por isso eu me junto a Vós. Quando vossa excelência falou à ditadura que está ali, quem sabe? Se na ditadura efetivamente do regime ditador, talvez tivesse sido mais bem tratado. O que não pode é a enganação, em fazer de conta que há a democracia. Agora tem deputado, e tem deputado, mas primeiro tem que nos respeitar. E o senhor com certeza têm que ser respeitado porque o senhor sabe respeitar. O senhor representa não só a classe de policiais do ser humano, da família. Por isso eu quero me juntar a Vós, dizer: bateu aí, doeu aqui, porque nós estamos defendendo os direitos e deveres do povo. Parabéns pela sua colocação, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu agradeço. E dizer que o que ele tentou fazer conosco realmente conforme as suas palavras estava tentando contra a natureza nossa, no caso, contra a do Parlamento. Para finalizar, agora. Ele falou que não poderia colocar a mesa, eu desci a mesa e coloquei lá. Mas isso não vai acontecer, não, porque nós vamos chamá-lo aqui, mas se acontecer em qualquer lugar. Aconteceu com um Deputado aqui, uma situação em que ele foi barrado no CPA, então, isso está virando uma coisa rotineira, se acontecer isso novamente, se for em uma atuação minha como parlamentar eu vou tomar as medidas legais. Seja penal, seja qualquer coisa. Muito obrigado a todos. E estamos aí para defender o Parlamento Estadual e também aos senhores no caso cidadãos rondonienses.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado Deputado Jesuíno. Quero cumprimentar e agradecer pela presença do senhor Francisco Roque Presidente do Sindicato do SINJUR, dos Trabalhadores do Judiciário. Cumprimento também o senhor Fábio Menezes, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRO. Em nome do deputado Lazinho cumprimento o senhor Fábio Menezes. Em nome do deputado Laerte, cumprimento o meu chara, o vereador Jean, do município de Urupá. Sejam bem-vindos ao Plenário da Assembleia Legislativa.

Com a palavra por um tempo de 20 minutos, com apartes o deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Boa tarde a todos. Cumprimento nossa Mesa, todas as Deputadas e Deputados, presentes, cumprimento também todos os parceiros companheiros, colaboradores desta Casa que se fazem presente também, e a imprensa.

Dizer, senhor Presidente, que é muito ruim a situação em que nós vivemos no Estado de Rondônia, neste momento. É prejudicial para o Estado, prejudica todas as ações e eu tenho certeza que o próprio Governador não vai estar com a cabeça tranquila mediante a decisão do TRE no Estado. Agora isso acaba sendo um assunto a nível nacional e desanda, todas as ações do Estado de Rondônia. É muito ruim e eu vivi esse

exemplo no meu município, Jaru, há uns anos, quando a cada três meses voltava um Prefeito, saía um e entrava o outro, o Município atrasou e o Estado continua dessa mesma forma, uma situação bastante perigosa. Eu não vejo, não vejo um Estado que possa ir pra frente onde o tapetão se torna instrumento de abocanhar o poder. Infelizmente vivemos isso no Estado. Eu acredito que o voto do povo tem que ser respeitado, comungo com a fala do companheiro que nos antecedeu, dizendo que se é numa convenção, todos que estavam presentes, deveriam ser penalizados. Não poderia tratar de um caso a parte. É muito fácil, e parece que está se tornando comum no Brasil, a prerrogativa ou a intenção do terceiro turno das eleições, no Estado, prevê-se um terceiro turno, a nível nacional também, isso não é bom para o País e não é bom para o Estado. Muito se falava Presidente Fábio, e aqui eu cumprimento o senhor, que é o nosso Presidente da Federação. Muito se falava do escândalo da Petrobrás, e se torcia para os 48 nomes serem do Partido dos Trabalhadores, e agora a Rede Globo já não fala mais nem da lista, porque sabe que a corrupção neste País, a Rede Globo, a grande mídia sabe que não é desse Governo. Eu gostaria que tivessem deputado Aécio, investigado lá de trás, porque para limpar e para lavar o tapete tem que pegar do começo. Para limpar a corrupção nesse País, tem que fazer a mudança nesse processo eleitoral, ou faz a mudança ou muda essa Lei, deputado Airton, ou nós não vamos ter nunca o fim da corrupção nesse País, toda e qualquer corrupção nesse País começa no processo eleitoral e todos aqui sabem do que estou falando. Então, tem que mudar o processo eleitoral para que a gente acabe com isso, e é muito fácil hoje a população ouvir 30 minutos de Jornal Nacional dos 30, 27 batendo da questão federal, e é muito crescente também algumas pessoas, alguns setores da sociedade querer, inclusive, a volta do exército nesse País. Quem viveu o período da Ditadura Militar sabe deputado Lebrão, o que estou falando aqui. E não venham me dizer que todos os problemas que acontecem é porque aumentou o preço da gasolina não. Inclusive, no outro discurso que eu falei sobre isso, falaram que eu falei que o preço da gasolina está baixo. Não falei que a gasolina está baixa, o que eu disse foi que esse não é um argumento para você buscar nas ruas, a volta do passado e que as eleições acabaram no último mês de outubro e que agora, deputado Laerte, temos que nos preparar para a próxima e deixar que a Presidente que está aí tinha que ter feito esses ajustes no passado, e talvez, esse foi o erro não ter penalizado o povo brasileiro na época em que a crise mundial atacou esse País, se tivesse feito os aumentos do preço do combustível, do custo de vida na época em que a crise internacional atacou o mundo, nós não estaríamos com o preço da gasolina como está hoje não. Nós não estaríamos com salário mínimo como está hoje não. Então, temos que ter muito cuidado, o mundo vive uma situação em que lá fora não se mostra o que quer os países de 3º mundo e é bom que a população veja isso, os ataques de fora para dentro, utilizando dos poderes que eles tem para denegrir imagens de instituições fortalecidas como é o caso da PETROBRAS, com medo de que a PETROBRAS se transforme com a exploração da PréSal no maior patrimônio do mundo de produção de energia, e a desmoralização nada mais é, dessa empresa, nada mais é do que o intuito de lá na frente privatizar. Então, nesse ponto, que

se puna os culpados, que se bote na cadeia quem tiver que por, que o povo e que o Congresso tenha coragem de peitar e fazer a mudança eleitoral que precisa ser feita para acabar de vez com tudo o que está acontecendo nesse País.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Lazinho, vossa excelência concede-me um aparte?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A vontade Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Antes do Governo, do Partido dos Trabalhadores governar este País, o Partido que governava o Brasil era o PSDB, o Partido da Social Democracia Brasileira, eu não digo que o País sempre foi um País que foi governado de maneira justa sem nenhum ato ilícito. Mas, eu não concordo quando as práticas de defesa do atual Governo são para se defender, tentando trazer o passado para dentro do tempo atual; eu acredito que o que foi feito, essas discussões todas que estão ocorrendo deve-se a uma série de mentiras propostas no período eleitoral para se ganhar a eleição. Concordo com vossa excelência quando diz que as leis eleitorais, o processo eleitoral precisa ser mudado e isso não tem o que discutir, não tem como continuar com o processo eleitoral da forma que está sem que haja esse tipo de ilicitude, esse tipo de corrupção no País, o processo eleitoral precisa mudar, a diferença econômica dos candidatos precisa diminuir e isso tudo a partir de um novo processo eleitoral, mas a crise que o País passa, a crise que a PETROBRAS passa não é para qualquer um que está tentando privatizar essa empresa. Está acontecendo porque houve de fato, palavras do nosso ex-Presidente, deputado Hermínio Coelho, “bandalheira na PETROBRAS”, infelizmente, foi isso que aconteceu, e o que nós estamos vendo hoje, aumento de combustível medidas impopulares que a população questiona tanto, foi porque não aconteceram no período hábil, antes da eleição, porque talvez se fossem feitas antes da eleição o Presidente da República não seria uma mulher e sim um homem, a oposição estaria ocupando o assento da Presidência. Mas infelizmente, isso aconteceu posterior. A Operação “Lava Jato” apareceu depois da eleição, aconteceu lá atrás pegando um ou outro diretor, mas depois das eleições é que apareceram de fato, os grandes corruptores das PETROBRAS. Infelizmente, é isso que está acontecendo. Então, quero, não discordar de vossa excelência, mas divergir do ponto de vista, dizendo que esse País está passando por uma crise, talvez, em hora oportuna, porque se essa crise viesse acontecer daqui a cinco anos o nosso País, talvez, com toda essa riqueza não conseguisse se restabelecer e eu não tenho dúvida que o nosso País só vai para frente porque é alimentado com o suor das pessoas que vivem aqui, porque um País onde tudo o que ganha um cidadão, ele deixa mais de 40% para o Governo Estadual, Municipal e Federal. Então, eu quero dizer que o processo tem que ser mudado sim, eu acho, que isso é uma discussão independente de cores partidárias e pensamentos ideológicos a respeito de Partido, isso é uma questão enquanto cidadão brasileiro. Então, quero dizer que na época o Governo que governava era do meu Partido não estou dizendo que nenhum ali é santo, se for para ser puxada à risca, pode puxar, mas que seja julgado de fato aqueles que estão nas páginas dos jornais, porque de fato o Congresso

Nacional que representa o povo do nosso País está lameado e infelizmente a população não acredita naquele que é o poder dela, naquele que são os seus representantes legítimos, naquele que a população colocou para os representar. Infelizmente, essa descrença tomou conta do nosso País, e só haverá novamente crença nesse País quando se passar a limpo a Justiça. Vossa excelência disse a respeito de que pessoas estão dizendo que o Exército tem que voltar para as ruas, que a Ditadura tem que voltar. Eu, graças a Deus não vivi na época da ditadura, nem sei como é que era, a única coisa que eu sei da Ditadura são os livros de história, deputado Neidson, porém, e eu aprendi na escola que a Ditadura foi a pior fase, deputado Lazinho, que esse País já passou, só que os jovens e na escola foi ensinado, que a Ditadura foi a pior coisa, e estão começando a desejar a Ditadura porque não aguentam mais esse sistema democrático que o País vive. Então fica aqui o meu manifesto como cidadão brasileiro independente de cor partidária. Quero dizer que concordo com vossa excelência quando diz que o Processo Eleitoral tem que ser mudado. E deve ser mudado, com certeza absoluta.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado Deputado. Vossa excelência não divergiu do que eu disse, simplesmente confirmou que a situação do País tem que ser passada a limpo e tem que passar, tem que passar a limpo e agora está tendo coragem para isso e liberdade para fazer isso que antes não tinha. Então isso é importante. Mas, o que a gente tem que ter é noção clara da importância, e eu aqui de forma nenhuma tenho, não é do meu feitio jogar pedra no passado e muito menos elogiar o futuro que a gente não conhece, mas sabemos que as mudanças que foram feitas nesse País e o que está acontecendo hoje é resultado de um Governo e de um País Democrático e que vai acontecer. Mas o que nós não podemos é castrar a liberdade do nosso povo de poder se mobilizar e reivindicar. Aqui no Estado, mais precisamente com relação à questão dos conflitos agrários, e hoje cedo nós tivemos uma reunião com o Desembargador, e eu quero chamar atenção dos nossos nobres companheiros da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que pudesse, inclusive, buscar alguns dados e informações sobre a questão dos conflitos agrários porque também a questão de direitos humanos, nós, na conversa com o Desembargador, ele colocou da importância de criar alguns instrumentos no Estado importantes para que venham diminuir esses problemas e nós gostamos de poder ter estado com ele. Agora é importante saber, e eu quero pedir para que esta Casa contribua conosco, para que ajude junto ao Governo do Estado, para que se fortaleça a Defensoria Pública nesse Estado, para que quando o pobre, aquele miserável que não pode pagar um advogado, ele chegue e consiga ser atendido, chegue e consiga a ser exercido ao seu favor o direito que o Estado lhe dá, e infelizmente em muitos casos isso não acontece, justamente por falta de aparelhamento na Defensoria Pública do Estado. Então, eu quero pedir para esta Casa Senhor Presidente, para que ajude nessa conversa com o Governador, e ele possa aparelhar melhor não só para a questão agrária, mas para todos os outros setores, esse é um pedido que eu faço e tenho certeza nesse ponto seremos atendidos.

O Sr. Léo Moraes - Pela ordem, Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não Deputado.

O SR. Léo Moraes - Na condição, mais uma vez, de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, queria pedir para vossa excelência requerer conhecimento técnico, conhecimento de causa e é o grande líder dos defensores dos produtores rurais subsistentes, que nos encaminhe um ofício a fim de nós debatermos isso na referida comissão, eu lhe agradeço desde já.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado Senhor Presidente da Comissão.

Outro ponto polêmico também e esta Casa não veio para bater palmas, veio para trazer assuntos polêmicos mesmo, é para debater aquilo que nós entendemos que está sendo cometido de injustiça no nosso Estado. Companheiro deputado Ribamar, eu recebi a visita hoje do Presidente da Cooperativa dos Catadores de Recicláveis do nosso Estado, de Porto Velho, já tinha feito uma visita aos catadores do município de Ji-Paraná, e eu estou me inteirando cada vez mais nesse assunto, é incrível que o nosso Estado tenha algumas leis que prejudicam um público tão importante. Os catadores, eles fazem a limpeza que a sociedade infelizmente não conseguem fazer, esses catadores só de plástico em Porto Velho, dessa cooperativa, eles recolhem mensalmente mais de cem toneladas de plásticos, só de plásticos em Porto Velho, isso está prestando um serviço para o bem comum, um serviço para toda a população de Porto Velho, cem toneladas de lixo, somente de plástico. Qual é o problema que está acontecendo? Nós vamos trazer algumas demandas posteriormente para esta Casa, eu tenho certeza que a Casa vai contribuir. Nos últimos anos foi criada uma empresa no Estado, eu vou levantar dados, e vou trazer isso com documentos, deputado Só Na Bença, posteriormente criado uma taxa, uma pauta, uma taxa, eu não sei como é que chama, de imposto em cima desse lixo, que para sair, para fora do Estado, o Estado cobra desse povo R\$ 1,50 o quilo de lixo, veja bem, para vender para fora do Estado R\$ 1,50 o quilo. Isso é para quê? Para que essa grande empresa que tem hoje no Estado tenha a hegemonia de compra desse produto, porque não compensa, você sai à rua catando material reciclável, coloca numa cooperativa, deputado Ribamar, e aí na hora de comercializar, você não é obrigado a vender aqui, porém, para vender para fora você tem que pagar o preço acima do que ele vale. Então, eu queria que esta Casa pudesse, a Comissão de Meio Ambiente, nós vamos está levantando isso, é trazer para esta Casa essa pauta, para que a gente rediscutisse com o Governo do Estado porque isso tem que vir dele, nós não podemos ficar na dependência de uma única empresa no Estado, para poder comercializar o que quer que seja. Imagine, se não tivesse essa população catando esse lixo, o que seria aqui para o nosso Estado, o que seria para Porto Velho? Além de limpar o meio ambiente, além de trabalhar para a humanidade, sustenta a sua família e ainda é explorado, massacrado pelos impostos nesse Estado. Amanhã, duas horas da tarde, nós estamos indo fazer uma visita a essa cooperativa, e os Deputados que quiserem nos acompanhar, nós nos sentiríamos muito honrados porque, eu não sou individualista

em nenhum momento, não estou preocupado com dois mil, com as próximas eleições, o que nós estamos preocupados nesta Casa é de juntos podermos ir resolvendo os problemas que a nossa população tem e que nós temos a obrigação de fazer para que nossa comunidade tenha melhor.

Com relação ao que foi dito sobre proibir o Deputado de entrar em determinado lugar, e eu peço a Deus que isso não aconteça comigo, porque se acontecer, eu vou para a cadeia na hora, vai ter que me prender, não porque eu sou Deputado, porque nós somos representantes do povo acima de tudo, somos seres humanos, eu quero pedir também para que arrume logo nosso crachá, que eu estou cansado de fazer cadastro para poder entrar em órgão público no Estado, que a gente entra em um, sai no outro, é o dia inteiro correndo e não dá para continuar. Agora, eu peço a Deus e peço as autoridades desse Estado que respeitem esta Casa e que não me barrem em fazer o trabalho que o povo nos delegou para ser feito. Muito obrigado senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO – Questão de ordem Senhor Presidente.

(Às 16 horas e 21 minutos o Senhor Jean Oliveira passa a presidência ao Senhor Laerte Gomes.)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Pois não Deputado.

O Sr. Lebrão – Em nome de Vossa Excelência, que nesse momento preside a Assembleia Legislativa. Quero cumprimentar e agradecer a presença do Elizeu Biazini, Presidente da nossa Associação de São Domingos, da mesma forma o Vagner Miranda, os dois que coordenaram a sua campanha, mas que numa confissão de ouvido, disseram que votaram no Deputado Lebrão, na hora de apertar o dedinho lá na urna, eles lembraram do número 19429 e acabaram votando. Mas de qualquer maneira fez um grande trabalho na sua campanha e conseguiu um número de voto muito acentuado naquele Distrito.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Na conversa que eu vou ter com eles deputado Lebrão, depois, eu vou levar em consideração tudo isso que vossa excelência falou. Agradeço também a presença do ex-vereador de Presidente Médici, o ex-vereador Martins Metralha, seus irmãos, toda a sua família, a comitiva de Presidente Médici que se faz presente, em nome do vereador Jean, agradeço a presença do vereador Thiago Moreira, do município de Santa Luzia. O deputado Cleiton Roque também, em nome dele agradece a presença do adjunto do CMR Adilson Julio. Passo a palavra, no Grande Expediente por vinte minutos com direito a apartes, deputado Léo Moraes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Questão de Ordem Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Presidente, antes do aparte dos Deputados, para que eles não excedam demais o seu tempo, porque, às vezes, eles tem que utilizar mais o tempo, que ele vá à tribuna, porque às vezes você faz um aparte de dez minutos, então os apartes, os discursos ficam muito longos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pois não Excelência, então os Deputados que fizerem um aparte repetir o tempo do Orador da tribuna.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente boa tarde. Deputado Laerte que neste momento preside a Sessão Legislativa, quero cumprimentar a todos os Deputados em nome do estimado colega deputado Ezequiel Júnior, liderança de Machadinho do Oeste e adjacências. Cumprimento a todos que aqui estão. A nossa Galeria prestigiando e tomando conhecimento do que tem acontecido na Assembleia Legislativa do Estado. Faço das palavras do deputado Marcelino as minhas, que nós possamos cumprir o Regimento, respeitar os prazos e dar celeridade e eficiência também das nossas Sessões que são de suma importância. Não sei se todos estão ouvindo na galeria, fico preocupado e até peço uma vez para abrirem as janelas para que a gente tenha esse contato direto, esse sentimento da atmosfera como estão acompanhando as Sessões Legislativas. O que me traz aqui, mais uma vez, é para abordar a questão de Porto Velho e em especial, deputado Jesuíno, Presidente da Comissão de Segurança Pública. É para tratar da questão da segurança pública de modo geral, de todo Estado de Rondônia e também de Porto Velho, com maior ênfase a Porto Velho. Nós sabemos que está em vigência um concurso que foi feito para a polícia civil. Embora um concurso que não atenda as necessidades, que realmente não corresponda às demandas de toda a população do Estado de Rondônia. Haja vista que foi um concurso ínfimo, mínimo, até suscitando algumas dúvidas em relação ao mesmo, se de fato ele tinha a principal atribuição de compor o que já está defasado da polícia civil, que é o número de integrantes dessa corporação, inclusive imaculada, que vale todas as menções e todos os louvores e eis que por conta da não reforma da Escola de Polícia, situada na avenida Amazonas eles ainda não foram convocados para fazer a tão conhecida Escola, o Curso de Formação e preparo que vocês bem sabem deputado Jesuíno, por conta disso. Nós sabemos que o maior concurso que já ocorreu na história de Rondônia foi em 2005 e foram contratados, admitidos, Presidente Laerte, 850 policiais deputado Lebrão. Datiloscopista, agente de polícia, escrivão, delegado, perito e esse concurso foi celebrado através de um convênio com instituição privada. Nós não precisamos aguardar a morosidade da burocracia estatal para que nós possamos, de fato, colocá-los no mercado de trabalho, afim de, além de dar a segurança, a sensação de segurança, seja polícia judiciária, seja polícia preventiva. Todos os graus de segurança pública. Isso é de vital e crucial importância. Prova maior que nós temos um posto de polícia no bairro Caladinho, muitos daqui são da Zona Sul, no bairro Caladinho. Nós temos também no Jardim Santana, que por conta de convênio, por conta de parceria e até de emenda parlamentar funcionava, agora o Posto de Polícia também do bairro Caladinho está comprometido. O Comando Geral da Polícia Militar, deputado Jesuíno, alegou que agora quarta-feira, isso é amanhã, eles vão fechar e não vão fazer a ronda ostensiva, não vai fazer mais o monitoramento de toda região e isso, lógico que nos gera perplexidade, isso nos gera certo receio do que pode vir a acontecer em Porto Velho. Então eu peço encarecidamente, inclusive, já oficieei à Secretaria de Segurança, assim como o Comando da Polícia Militar, deputado Cleiton Roque, para que

eles nos deem informações, e o que nós podemos fazer. Porque se tiver que ir a quem? Ao chefe maior, quem que é? O Governador. Nós vamos suplicar para que isso não aconteça. Porque os malefícios eles vão acontecer de imediato, curto e longo prazo e temos que evitar? Temos que evitar, preventivamente porque depois que o leite está derramado é muito difícil conseguir contingenciar.

A título de resposta, e também um aparte que eu gostaria de fazer ao deputado Lazinho da Fetagro, que não foi feito justamente por conta do tempo que foi em excesso para a apartada do deputado Jean. Eu tenho que discordar no que diz respeito à Petrobrás, essa discussão, essa temática nacional que hoje está em voga e, mais uma vez, é evidenciado nos noticiários de forma pejorativa, negativa e mais uma vez a malversação do dinheiro público, que isso não diz respeito ao fortalecimento da Petrobrás, muito pelo contrário é o aparelhamento de uma empresa estatal que deveria com certeza dar contrapartida com qualidade, respeitando a doutrina da administração pública, o tal do LIPE, da eficiência, da publicidade e de todos os outros predicados inerentes a administração. Muito pelo contrário, hoje não tem técnica, hoje as pessoas que lá estão correspondem a uma gama dos Parlamentares. Então não posso concordar que é por falta de pessoas técnicas e sim o aparelhamento de partido, de cores partidárias tomando conta do nosso dinheiro, fazendo projetos simplesmente para que sejam retransmitidos valores que são ilícitos aos parlamentares. É isso que tem dado prejuízo e isso também acontece de forma vertical. Governo Federal, Estado e Município e a gente não pode simplesmente ficar com a boca fechada e não se manifestar em relação a esses malfeitos, que é sim por questões partidárias e ideológicas e não simplesmente porque não tem técnicos capazes. A rigidez continua, o rigor da lei ainda é o mesmo e infelizmente não tem sido cumprido pela Presidenta, que é Presidente, na minha opinião, não é Presidenta. Presidente que não tem feito o seu papel de Casa.

O Sr. Aécio da TV – Concede-me um aparte?

O SR. LÉO MORAES – Deputado Aécio.

O Sr. Aécio da TV – Deputado Léo Moraes, quero parabenizar vossa excelência pelo posicionamento com relação a questão de segurança pública em Porto Velho. Porto Velho, eu sou morador de Porto Velho desde 1993 e nunca vi nesse período de 22 anos uma sensação de insegurança tão grande como vivemos hoje e isso sentido pelos moradores, todos os moradores. Independentemente da região que ele mora, do bairro que ele mora, a sensação de insegurança é algo terrível que passa a nossa cidade. A gente sabe que, o número de policiais, o número de trabalhadores dessa área de segurança tem diminuído drasticamente, a defasagem de homens, deputado Jesuíno tem sido uma coisa constante nos últimos anos. Hoje temos menos policiais do que tínhamos a 10, 15, 20 anos atrás. Ao passo que a população praticamente dobrou nos últimos 20 anos. Sistemáticamente nós vimos os postinhos de polícia comunitária dos bairros periféricos sendo fechados. E por isso aquele postinho ele traz uma sensação de segurança para o morador que mora perto daquele postinho. E hoje nós

vimos e temos feito pedidos, até mesmo como vereador na Câmara quando estávamos ali, eu enviava pedidos à Secretaria de Segurança, ao Comando da Polícia Militar pedindo para que as viaturas circulassem pelos bairros periféricos onde perderam esses postinhos. Nós temos que retomar deputado Adelino Follador, essa discussão, nós comentamos na semana passada sobre a insegurança nas escolas e que a maioria delas tem sido saqueadas, tem sido depredada, tem sido invadida, algumas delas chegando ao ponto de trinta e duas vezes em apenas um ano e isso não ocorre, não é somente pela falta de segurança nas escolas, mas é pela sensação de insegurança que a nossa cidade vive hoje com a deficiência no número de policiais, a deficiência na reposição desse corpo policial que nós temos hoje na polícia militar. Parabéns por tocar nesse assunto, por abordar esse assunto e nós temos que levar esse debate adiante, porque a situação em que vivemos, Porto Velho hoje é uma situação de caos na questão da segurança pública. Parabéns Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte Deputado?

O SR. LÉO MORAES – Por favor, deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizar o Deputado por esse assunto tão importante que é a questão da violência no Estado de Rondônia. Acabei de receber um telefonema, hoje de manhã, me ligou, eu estava em reunião, o Pastor Roberto, de Monte Negro. Estava tendo um assalto à mão armada no Posto de Gasolina, no supermercado, agora uma pessoa da igreja foi assaltada, agora na sua residência, crianças, assaltando a mão armada em Monte Negro e o número de policiais lá é muito pouco e ainda tem muito conflito agrário na região de Monte Negro e Buritis. Então a Polícia não consegue cuidar nem de uma coisa nem outra. Isso não é só Porto Velho não, ano passado cobramos muito concurso público, foi feito mais o número de vagas é muito pouco, sabendo agora que dois grupos de mais de trezentos policiais conseguiram fazer a transposição e a maioria foi para a reserva. Então quer dizer esse concurso que está previsto, o número de pessoas que estão previstas no orçamento não vai dá nem para repor nem aqueles policiais que saíram agora que foram para a reserva. Então deputada com certeza é uma preocupação muito grande, a região de Ariquemes, se tirar a força nacional que agora parece que eles concordaram em ficar mais um tempinho lá não tem mais policiais. Nós vimos reduzir o número de policiais na região de Ariquemes pela metade e deve ser no Estado todo que esta esse problema seriíssimo de segurança. Parabéns Deputado por trazer esse assunto tão importante e essa questão do Posto Policial, isso tem que estar funcionando por que isso acaba inibindo a violência e, além disso, dá uma sensação de segurança para a população que precisa muito. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES – Obrigado Deputado Adelino.

O Sr. Jesuino Boabaid – Um aparte Deputado?

O SR. LÉO MORAES – Pois não Deputado Jesuino.

O Sr. Jesuino Boabaid – Só inerente a questão, vai complicar mais Deputado, boa explanação de vossa excelência referente a falta do efetivo, foi aprovado nesta Casa a Lei que extingue a questão do serviço voluntário. O serviço voluntário, o Governo conseguia aumentar o efetivo e pagava para o militar, hoje com a extinção, o militar não vai poder cumprir a questão do horário extra no caso dele então o efetivo vai reduzir mais ainda. Pasmem, se vocês não tem ideia, por quê esta extinguindo também a questão do Posto Policial? Porque não tem efetivo. Então vai ter que retraindo essa questão do efetivo dessas bases de policiamento comunitário.

O SR. LÉO MORAES - E também dependência física legal.

O Sr. Jesuino Boabaid – Isso. Então a gente pede, tem várias demandas tramitando aqui nesta Casa que é a questão de concursos que vão ser empregados, questão de movimentação orçamentária que o Governo prometeu em um vídeo para essa comissão de policiais, alunos no caso, concursados que iriam chamar o dobro, e agora numa reunião com o Chefe da Casa Civil e o Chefe da SEPOG, ele também já disse que só vai chamar 240. O único concurso que foi chamado foi na época do Governo Cassol que foram 2.000 homens isso gera um impacto assim ínfimo perante o quantitativo de pessoas que migraram para Rondônia. Então é alarmante, nós já estamos tendo atentado contra policiais militares, agentes penitenciários, cidadão toda hora está sendo furtado, está sendo assaltado, está sendo alvejado por disparo, a violência está crescendo e o Governo está tomando uma medida para inibir isso. Então a gente colabora, vou unir forças junto com vossa excelência para tentar sanar essa questão sim, nem que todos os dias nesses discursos tenha que mudar, tem que ter um posicionamento do Governo para que haja convocação dessas pessoas. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES – Obrigado deputado Jesuino, e até eu quero deixar registrado o apreço, a consideração que tenho pelo Diretor Geral da Polícia Civil, Dr. Pedro Mancebo, pessoa que eu conheço pelo menos vinte anos e sei da sua lisura, do seu comprometimento e da sua idoneidade. Mas ao mesmo tempo fica aqui, acho que um conselho saudável, um conselho que se fosse bom seria vendido, mas que realmente faça esse convênio e que não espere a burocracia da máquina administrativa para, já tem acomodação, já tem inclusive, alocação orçamentária que faça por convênio numa Escola Estadual, tem convênio melhor do que esse? Que ônus que vai gerar deputado Cleiton Roque? Que faça numa Instituição de ensino privado, que faça numa faculdade, mas que não espere a reforma da Escola de Polícia por que ela vai demorar seis meses, vai demorar um ano e os policiais não vão estar na rua a fim de atender a nossa comunidade. Fica aqui esse alerta e contamos com o apoio do Governo do Estado e com o Dr. Pedro Mancebo para que faça de imediato essa contratação. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Parabéns deputado Léo Moraes pelo seu pronunciamento. E por vinte minutos, com direito a aparte, o deputado Ezequiel Junior, esse grande Deputado que representa a região de Machadinho.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente Questão de Ordem?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. ALEX REDANO - Cumprimento nosso amigo vereador da cidade de Campo Novo, vereador Piauí, seja bem-vindo meu amigo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Sinta-se cumprimentado vereador.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Senhor Presidente, senhoras deputadas, senhores Deputados quero cumprimentar e registrar a presença do meu amigo ex-vereador, do meu município, Machadinho do Oeste, foi Presidente da Câmara e fez uma administração realmente digna de reconhecimento por parte da nossa população presente nessa Sessão, empresário também, hoje reside na cidade de Maringá, meu amigo Amauri Vale, pessoa muito querida e respeitada no município e que hoje nos dá alegria da sua presença nesta Sessão. Lembro muito bem que me elegi vereador junto com ele, tivemos votação histórica no município de Machadinho e ele foi eleito por nós Presidente Câmara Municipal e durante a sua administração eu fiz parte da Mesa também, eu fui 1º Secretário. Já no primeiro ano de mandato, fruto de nossas economias, deputado Lebrão, nós devolvemos e olha que a Câmara tinha um orçamento de cento de trinta mil reais por mês, devolvemos para o município no final do ano, duzentos mil reais, fruto de uma administração liderada por ele como Presidente daquela Casa, uma administração que realmente respeitou cada centavo do dinheiro público que a Câmara tinha direito. Foi uma pessoa que eu aprendi muito e hoje a presença dele aqui me deixa muito feliz.

Mas o que me traz a esta tribuna também é a minha preocupação com a região de Machadinho, com o município de Cujubim também, hoje eu recebi a visita do Prefeito...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Ezequiel agradeço a presença do ex-deputado estadual Euclides Maciel, que se faz presente nesta Casa, na sua Casa.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Seja bem-vindo ex-deputado Euclides Maciel, amigo nosso, companheiro de imprensa também, e que fez um grande trabalho nesta Casa. Então hoje eu recebi a visita do Prefeito de Cujubim juntamente com outros vereadores onde relataram as dificuldades enfrentadas pela população e também a dificuldade da administração municipal em resolver problemas antigos e problemas que tem afetado de forma muito negativa a vida dos cidadãos. A questão da segurança, inclusive, eu vou deixar até para falar amanhã, aliás, da insegurança na região, foi um dos pontos hoje abordados pelo Prefeito durante essa visita, e nós conversamos também com o Presidente desta Casa, deputado Maurão de Carvalho, e me deixou muito preocupado a situação. E eu quero pedir que o Governo, realmente, ouça a nossa voz, quando nós falamos em levar benefícios para o município de Cujubim que passa por um dos momentos mais delicados da sua história. Não está diferente o meu município, Machadinho do Oeste, crise em todos os setores, a cidade completamente tomada pelos buracos. E

hoje também recebi a visita do Prefeito Mário Alves, acompanhado do Vice Celso Coelho, Chefe de Gabinete, ex-vereador Cidão, vereador Marcos Merenda também esteve nessa comitiva onde podemos também sentar com o Chefe da Casa Civil, Emerson Castro para levarmos a ele as nossas reivindicações e o município de Machadinho do Oeste, precisa e depende muito do apoio do Governo do Estado. A crise infelizmente esta instalada em todos os setores do nosso município, desde estradas, educação, segurança, e o Estado tem que, realmente, fazer a sua parte, socorrer o município. Quero falar também um pouco sobre o trabalho da Comissão de Fiscalização e Controle da qual eu sou Presidente, Deputado Lazinho, tivemos a nossa primeira reunião muito proveitosa e o senhor foi autor de uma proposição para que nós possamos encaminhar um requerimento ao Governo do Estado dando todas as informações acerca de todas as obras em andamento de responsabilidade do Estado no Estado de Rondônia. Este requerimento já está pronto e vai ser encaminhado para o Governo do Estado. E, realmente, nós parlamentares e a população quer saber em que pé está cada obra deste Estado, e a Comissão de Fiscalização e Controle, como nós já falamos algumas vezes, vai cumprir com seu dever, não vai abrir mão de fiscalizar todos os atos, todas as obras do Estado. Estarei propondo também, deputado Lazinho, vossa excelência, como membro da comissão, vou apresentar um requerimento que trata do artigo 13 da Lei que rege a Comissão de Fiscalização e Controle que é a Lei 1.121/2002 que diz o seguinte: “Os órgãos da administração pública direta, indireta e instituições comunicarão, por escrito, à Comissão de Fiscalização e Controle no prazo máximo de oito dias, contados da concretização dos seguintes atos relativos a cada uma de suas licitações: anúncio de realização, julgamento e adjudicação, contratação, aditamentos e encerramento de contrato”. Portanto, a nossa comissão não vai abrir mão do direito, e diria até deste dever, de fiscalizar todos os processos licitatórios do Governo do Estado. Se for comprar uma bala, uma botija de gás, nós queremos saber quem está vendendo, por quanto está vendendo, como está sendo pago, como está sendo investido cada centavo que é fruto do suor do povo deste Estado. Nossa Comissão não vai abrir mão disso.

O Sr. Alex Redano – Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Deputado Alex Redano é o vice-presidente, o senhor tem o aparte.

O Sr. Alex Redano – Obrigado pelo aparte. E gostaria de parabenizá-lo, acompanhei atentamente a primeira reunião da comissão e realmente os membros estão todos, todos empenhados, e eu lhe parabeno de realmente fazer essa fiscalização *in loco* e realmente ir a fundo, que um dos deveres do parlamentar é fiscalizar e, às vezes, nós nos concentramos na questão das emendas, na questão de benfeitorias para os municípios e nos esquecemos desta questão da fiscalização. Então, tem o nosso parabéns. Obrigado pelo aparte.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Senhor Presidente, era o que eu tinha para o dia de hoje.

(Às 16 horas e 44 minutos o Senhor Laerte Gomes passa a presidência para o Senhor Edson Martins.)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças. Com a palavra o deputado Alex Redano, por 20 minutos, com aparte.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, nobres companheiros, nossos amigos do plenário. Cumprimento o Vereador Piauí, no qual cumprimento todos os demais vereadores presentes. Senhor Presidente, hoje venho falar de um projeto que tramita na Casa de suma importância para a região do Vale do Jamari que é a suplementação de quinze milhões e duzentos mil reais, tem o financeiro, está na conta, dinheiro federal, uma emenda do Senador Acir, mas não temos o orçamentário, então se tivesse um consenso, Senhores Deputados, eu pediria a inclusão na Ordem do Dia desse projeto devido a importância desse projeto. A comunidade, a região de todo Vale do Jamari espera ansiosamente há vários anos por esse hospital e temos já o início, a obra total será um valor maior, passa dos trinta milhões de reais, mas já está na conta, quinze milhões e duzentos mil reais. Já foi feita a licitação, só falta simplesmente a aprovação pelo plenário e já vai ser empenhado e ainda programado para esse mês ainda a Ordem de Serviço para o início da construção. Então nós sabemos da expectativa que gera na população, pediria, se fosse o consenso, deputado Lebrão, deputado Adelino que conhecem bem a realidade, se tiver o consenso dos parlamentares tivesse essa aprovação da suplementação, é dinheiro federal, já está na conta, eu agradeceria.

O Sr. Lebrão – Permita-me um aparte?

O SR. ALEX REDANO – Tem o aparte.

O Sr. Lebrão – Agradeço o aparte. Parabenizo vossa excelência que defende muito a população do Estado de Rondônia, iniciou o seu trabalho fazendo um grande trabalho em prol do Estado, principalmente na sua região. Eu entendo que nós temos que aprovar o mais rápido possível essa suplementação e essa construção desse hospital vem melhorar ainda mais, otimizar o trabalho na área de saúde que o Governador Confúcio Moura, sem dúvida nenhuma, é referência em nível de país, mudou completamente a estrutura de saúde neste Estado e hoje a gente começa a ser já referência em nível de país em dotação dos hospitais regionais no interior que é muito importante para descentralizar a saúde do Estado, como cobra sempre aqui o Dr. Neidson, e ficamos felizes de ter a oportunidade agora, de mais uma vez, através da nossa caneta autorizar o início dessa obra que é da maior importância, não somente para Ariquemes, mas para toda região. Parabéns, Deputado.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado pelo aparte, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. ALEX REDANO – Tem o aparte, nobre deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar o deputado Alex por este assunto, inclusive já conversei com o Presidente, se o plenário concordar, aqui tem o Presidente da Comissão de Saúde também e nós vamos dar o parecer pela Comissão de Redação e Justiça, já falei com a maioria dos companheiros porque temos que agilizar. Sabe-se que já existe uma expectativa com relação a esse hospital em Ariquemes e felizmente agora que está vindo o recurso, agora vai ser licitado porque nós vamos autorizar o orçamento agora, então está muito atrasado. E quero dizer que, o deputado Lebrão citou aqui a questão dos regionais, eu volto a frisar que eu não acho justo assumir um novo hospital em Cacoal, dois hospitais regionais em Cacoal para competir um com o outro do Estado. Que distribua, ao invés de assumir o segundo hospital, eu já falei na tribuna na vez passada, que assuma um hospital regional em Ariquemes, na regional de Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, para não discriminar o Estado de Rondônia. Então, eu já fiz um apelo para o Secretário de Saúde na CIB que vai ser discutido esse assunto: que dê prioridade às regiões onde não tem nenhum hospital regional ainda, Guajará-Mirim, Ariquemes, Vilhena, Rolim de Moura, Jarú, grandes regionais onde as Prefeituras que tem que segurar as pontas sozinhas, para Cacoal que poderia incrementar dentro do hospital regional, já há outras ações e deixar o município fazendo a parte dele agora assumiu e dois hospitais regionais em Cacoal, eu não acho justo. Porque o Estado poderia, na alta complexidade que é responsabilidade dele, incrementar mais ações dentro do hospital regional que ficaria muito mais barato. Eu fui com o Secretário de Saúde, ele me falou que vai precisar de vinte milhões para tocar o outro hospital, vai tirar de outras regionais para poder manter esse outro hospital e isso prejudica mais ainda a população de Rondônia e eu não acho justo. E eu quero voltar a frisar que seja discutido na CIB com o secretário, que todos os recursos hoje passam pela CIB, o conselho estadual onde todos os secretários de saúde tem oportunidade. Eu fui doze anos prefeito, já participei daquelas discussões, que são discussões muito importantes, para que não aconteça que a gente continue atendendo todo Estado de Rondônia. Não sou contra o Estado assumir mais algum papel nos municípios, mas que assuma em todo Estado gradativamente para não favorecer um e desfavorecer outro. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO – Deputado Adelino, eu já havia conversado anteriormente, concordo com vossa excelência e essa grande estrutura que será construída, o município de Ariquemes ele não tem suporte para sozinho atender essa demanda, hoje já não tem condições. Um dos primeiros pedidos que eu fiz, conversei pessoalmente com o Governador, é a questão de assumir parte principalmente a questão dos atendimentos médicos, as especialidades, há uma dificuldade muito grande para o nosso município. Mas a gente sempre vem à tribuna para criticar, e hoje, eu venho para elogiar. Nós sabemos das dificuldades de praticamente todos os municípios, mas em Ariquemes começamos agora a fazer o recapeamento, uma tecnologia nova, é o micro pavimento. E a ideia, esse ano, é fazer cem quilômetros de recapeamento. Praticamente é recapear toda a cidade de Ariquemes, lógico que para isso, vamos precisar de ajuda dos Deputados. E assim que for liberada emenda da minha autoria, vou ajudar também o

município e Ariquemes, o deputado Saulo já anunciou que vai ajudar, já vem ajudando muito, o deputado Adelino tem uma grande quantidade de emendas em Ariquemes, deputado Edson Martins, deputado Hermínio Coelho. A maioria dos Deputados vem ajudando o Município de Ariquemes. Então, venho em nome do Prefeito, Lourival Amorim, agradecer essa contribuição dos nobres Deputados, agradecer ao Executivo, também.

O Sr. Hermínio Coelho - Permita-me um aparte, Deputado.

O SR. ALEX REDANO - Concedo o aparte ao deputado Hermínio.

O Sr. Hermínio Coelho – Obrigado meu companheiro Alex Redano. Eu quero, deputado Redano, o seguinte: eu estou vendo vossa excelência falar dessa questão que Ariquemes, vai ter cem quilômetros de ruas pavimentadas, recapeadas. Quem é que vai fazer esses cem quilômetros?

O SR. ALEX REDANO – Ariquemes está com a Usina própria, é o recapeamento.

O Sr. Hermínio Coelho – É o Governo ou é a Prefeitura?

O SR. ALEX REDANO – É a Prefeitura.

O Sr. Hermínio Coelho – A Prefeitura. Não, porque vossa excelência falou de emendas, para os deputados ajudarem em emendas. Primeiro, o ano passado eu coloquei uma emenda para fazer uma praça.

O SR. ALEX REDANO – De R\$400.000,00.

O Sr. Hermínio Coelho – R\$400.000,00. Para fazer uma praça em Ariquemes, se eu não me engano, no final do ano passado foi empenhada, conveniada e parece que até repassado cinco mil, o Estado repassou cinco mil, e está lá, até agora a obra não foi reiniciada, parece que nem licitada. Porque se o Prefeito licitar ele vai ter que pagar com recursos próprios porque o Governo não passa. Por isso que a possibilidade desses cem quilômetros de Ariquemes acontecer à mesma coisa que aconteceu com os cento e cinquenta quilômetros aqui de Porto Velho é muito grande. Porque eu não acredito, eu acreditar em políticos tipo esses Executivos que nós temos aí. Eu acredito em tudo, em saci pererê, em cegonha, eu acredito em tudo, menos nesses caras. Por isso que vossa excelência tem que ter muito cuidado, eu só falo um trem desses se for eu mesmo que for fazer. Porque nem as suas emendas, Deputado Alex, Vossa Excelência pode garantir, porque nós garantimos, todos os Deputados aqui garantiram emendas em Associações, em APAEs, Irmãs Marcelinas, em Prefeituras. Foi conveniado, foi empenhado, foi divulgado, deputado Laerte, e a gente fica por mentiroso. O nosso Estado está quebrado, o nosso Estado está quebrado. Hoje eles vieram aqui enganar. Esses dois Secretários vieram enganar os Deputados e já querendo que nós aumentemos o remanejamento de 10 para 20. Sabe quando eles vão vir aqui nesta Assembleia novamente enganar os Deputados e mentir? Daqui a seis meses, eles vão ficar seis meses sem precisar da gente. Se nós aprovarmos esse

remanejamento, esse aumento de remanejamento. Como é que o Estado pode remanejar? Nós estamos no início de março, está com dois meses só o Orçamento do Estado, que foi aberto o Orçamento, e o cara já quer remanejamento, além daquilo que nós já tínhamos autorizado em dezembro quando nós aprovamos o Orçamento, prova a incompetência do planejamento do Estado, deputado Adelino. E é como eu falei para vossa excelência, meu amigo, é só enganação, esse Governador enquanto ele não for para a cadeia ou perder o mandato, esse Estado está ferrado, está ferrado. As prefeituras, o que depender desse Governo está ferrado. Por isso que eu falei presentes os Deputados e os Secretários, ele engana qualquer um, menos eu. Entendeu deputado Lebrão? Eles continuam enganando e nós não podemos ajudar, foi o que o deputado Euclides Maciel, nós estávamos em uma atividade no final do ano em Ji-Paraná e o deputado Euclides Maciel foi dar o último discurso como deputado em Ji-Paraná, na cidade dele. Euclides, meu amigo Euclides. Aí foi lá: “Olha, porque eu trouxe isso para cá, porque foi feito 50 quilômetros de asfalto aqui em Ji-Paraná...”. Eu pedi um aparte para o Euclides e falei: Euclides, a única coisa que aquele tal de Hitler, aquele tirano Hitler falou que era verdade: “que uma mentira muitas vezes repetida, se torna verdade”. E nós mesmos, e que, inclusive, o próprio deputado Euclides. Eu digo: deputado Euclides, você fica dizendo aqui dentro de Ji-Paraná que foram feitos 50 quilômetros de asfalto. Isso é mentira. Foram feitos 13 e 8 a chuva acabou, no primeiro inverno acabou, dos 13 comeram 8, a chuva levou oito. Aí, é por isso que eu falo, não adianta, infelizmente, infelizmente, para mim não é prazer nenhum chamar o Governador, um Governo de mentiroso e de incompetente, mas eu não tenho nenhum medo de errar nisso, o Governo é mentiroso, ele sabe. Uma pessoa da sala do Confúcio, porque gente ruim tem em todo canto, gente que leva e traz tem em todo canto. Falou, o Confúcio falou ontem, ou foi sábado, que para ele o Rio Madeira, não interessa se o Rio Madeira, se a água desce para a Bolívia ou se vai para o Amazonas, para ele tanto faz, e é isso, que para ele o nosso Estado é da mesma coisa tudo que ele falou do rio Madeira, tanto faz a água subir para a Bolívia como descer para o Amazonas, tanto faz. Por isso que eu falei, enquanto nós não tivermos responsabilidade em fazer o nosso papel de fazer esse Governo falar a verdade e enquadrar, fazer o nosso papel. O Governo está todo baleado, e por enquanto não vem nada, deputado Alex. Essa cassaçãozinha dos marmiteix, aí. Eu quero parabenizar o TRE, essa eu pensei que ele iria passar de letra, até porque a ação dele foi até boa, dar bandeco para o povo, estava dando comida para o povo, e foi cassado, imagina quando descobrir que ele levou tantos milhões, descobrirem não, porque já está descoberto, do Espaço Alternativo, que eles comeram mais de dez milhões. Fora a obra. E jogaram na campanha do Confúcio, no segundo turno. E outros roubos que tem neste Estado. Aí, aí é que ele vai ser cassado e preso, e preso como ele tem que estar preso e muitos ladrões que tem neste Estado e neste País. Porque o país não aguenta mais tanta bandalheira, hoje eu assistindo aquela CPI da Petrobrás, aquilo é nojento. Corrupto confesso dizendo que deu dinheiro para todo mundo. Um cara dava milhões para cá, milhões para lá e que vai devolver, é brincadeira. E aqui em Rondônia, aqui não tem um do tamanho da Petrobrás

porque infelizmente não tem nada aqui que vale, que tem aqueles todos recursos da Petrobrás, mas, a roubalheira aqui não é diferente da Petrobrás, não. Se brincar é até maior, proporcionalmente, se brincar, aqui a roubalheira ainda é maior que na Petrobrás, isso todo mundo vai ver. E isso quem não estiver vendo e quem não acredita pode deixar que daqui uns dias as pessoas vão ver e vão acreditar, a bandalheira que infelizmente, e o cara fica... O Governo esse ano... O deputado Alex... Obrigado, porque estou tomando muito o seu tempo. O Governo reuniu um dia desses, o Confúcio Moura reuniu com o deputado Maurão, Presidente da Assembleia, reuniu com o Presidente do Tribunal de Justiça, o Wilson, com o Dr. Héverton, Procurador Geral, com o Presidente do Tribunal de Contas, o doutor Euler e com o Chefe da Defensoria Pública... Trezentos e cinquenta milhões, deputada Rosângela Donadon, trezentos e cinquenta milhões, o Estado tem em 2015 para manter toda máquina: pagar as emendas dos Deputados e para os investimentos... Trezentos e cinquenta milhões, deputado Lebrão. Isso foi o Confúcio quem falou, falou na reunião. Trezentos e cinquenta milhões, para bancar toda a máquina do Estado que é pesada, toda máquina: os hospitais, escolas... Enfim, toda estrutura do Estado, manter toda a máquina e pagar as emendas dos Deputados e fazer os investimentos. Aí como é que um Governo desses vai fazer alguma coisa? Por isso que eu digo: está mentindo porque não fala a verdade: - "Olha, o Estado não tem dinheiro, não posso dar reajuste para o servidor, é a inflação, não posso fazer isso, não posso chamar policiais militares que estão concursados e aprovados, nem os agentes penitenciários, enfim...". Tem que falar a verdade, coisa que eles não falam. Por isso que a nossa, a minha indignação é essa deputado Alex, que ele chega mentindo, como mentiu hoje para os Deputados com esse negócio das emendas, não vai pagar as emendas dos Deputados. Não adianta. É um direito nosso. Aprovado em Orçamento, está na Lei, eles não pagam. E muitas vezes nós ficamos aqui acreditando ainda em conversas que a gente sabe, que eu tenho certeza, não tenho dúvidas, tenho certeza que *é conversa para boi dormir ou de bêbado para delegado*. Muito obrigado meu companheiro.

O SR. ALEX REDANO - Obrigado pelo aparte. Como eu disse, deputado Hermínio, eu estou retransmitindo as palavras do prefeito que tem esse otimismo, que já iniciou, já começou fazer, essa semana, esse micro pavimento, ele está bem animado com o apoio também de todos os vereadores, mas não é emenda, não viu, esse início, agora é com recurso próprio. Realmente, conseguiu fazer uma arrecadação a mais e começou fazer esse trabalho. E também a compra, é o único município, eu creio que é o único município de Rondônia que tem, comprou agora toda frota própria de ônibus escolares, não precisa que existe uma verdadeira máfia em Rondônia, a questão dos ônibus, essas licitações, as dificuldades que quase todos os municípios encontram. Ariquemes acabou com esse problema. Comprou todos os ônibus para o transporte escolar.

O Sr. Cleiton Roque - Conceda-me um aparte deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO - Pois não Deputado.

O Sr. Cleiton Roque - Quero parabenizar vossa excelência e consequentemente o prefeito de sua cidade pela sua iniciativa. Eu acredito sim que é possível, vejo boas gestões acontecendo no Estado de Rondônia. Nas prefeituras, temos o caso da sua cidade, Ji-Paraná, o Prefeito Jesualdo tem, realmente, feito o dever de casa. A gente sabe que a maioria dos municípios rondonienses, municípios brasileiros tem passado uma penúria muito grande nas mais variadas áreas, estão mal conseguindo pagar a folha de pagamento em virtude, realmente, desse achatamento que houve dos municípios brasileiros, essa legislação que vem de cima para baixo onde se transfere toda responsabilidade aos municípios. Está aqui do meu lado o Deputado Laerte Gomes, foi Presidente da AROM durante muito tempo, que comunga com esse pensamento, enquanto que a maior parte da responsabilidade está sobre as costas dos municípios e a maior parte do recurso, é concentrado na União. Enfim nas outras esferas. Dizer da confiança que vossa excelência tem, e eu acredito sim e tem coisas boas acontecendo em vários municípios rondonienses, tem coisas boas acontecendo no Estado de Rondônia. É natural que, muitas vezes, a manchete é dada para o fato negativo. Podemos citar a questão da saúde, nós temos que reconhecer, e, isso é uma opinião pessoal, dos avanços nas mais variadas áreas, eu vejo, quem acompanhou antes, anterior aos quatro anos o próprio Hospital de Base, o Cosme e Damião, a Policlínica Osvaldo Cruz, Hospital Regional de Cacoal, está aqui o deputado Só Na Bença, junto, que conhece a realidade da nossa região e permita-me, deputado Adelino, discordar de vossa excelência, lógico de maneira respeitosa, respeitando tudo aquilo que vossa excelência significa e também concordando, vossa excelência está na razão de defender a região na qual vossa excelência concentra a maior base eleitoral, no caso de Ariquemes. Mas, eu vejo, é perfeitamente justificável a decisão do governo, dia 2 de março, em assumir o Pronto Socorro da Unidade Mista de Cacoal, porque essa demanda batia aqui no João Paulo, o custo dos prefeitos, das administrações municipais com ambulância... Enfim, e sem contar com o risco de morte dos pacientes, quantos pacientes não perderam a vida, muitas vezes pela falta de estrutura naquela região. Eu posso dizer, no ano de 2008, perdi um filho por falta de uma UTI móvel, deputado Alex Redano, e somente no Pronto Socorro, segundo informações que obtive dos representantes do governo do Estado, Secretaria de Saúde serão de sete a dez leitos de UTI no Pronto Socorro. E já está sendo instalado no Regional, em torno de mais sete leitos de UTI Neonatal, a intenção é nos próximos meses, deputado Só Na Bença, é chegar em torno de dez leitos de UTI Neonatal. Então, eu parabenizo vossa excelência, e digo: nós sabemos das dificuldades, dos problemas. Agora, particularmente milito na vida pública há mais de vinte anos, eu não perco a esperança e sei que nós ajudaremos a construir dias melhores. Parabéns deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO - Obrigado pelo aparte. Senhor Presidente. Adentro em outro assunto, esse, deputado Hermínio, mas preocupante ainda. Recebi, senhores Deputados visitas, de donos de empreiteiras, empresários da construção civil, principalmente os empresários que estão fazendo os asfaltos e infelizmente a grande maioria está sem receber a vários meses, atrasando folha salarial, atingindo as classes

com mais dificuldade. Então, nós precisamos nosso Presidente Ezequiel, da Comissão de Fiscalização, tomar uma decisão enérgica, Senhor Presidente, a questão desses atrasos, porque eles fizeram uma obra, terminaram uma obra contando com o dinheiro desse financiamento, e agora a maioria já entregou a obra e está sem receber. Alguns empresários, deputado Lebrão, ainda tem caixa para aguentar e aquele pequeno empresário que precisa recorrer aos bancos, recorrer aos empréstimos para tocar a obra. Olha a situação que estão essas pessoas. Então, seria de bom senso, nós Deputados, fazermos uma ação, uma indicação em conjunto, lutarmos para que esse pagamentos sejam efetuados.

O Sr. Lebrão – Permita-me um aparte Deputado.

O SR. ALEX REDANO – Tem um aparte, companheiro Lebrão.

O Sr. Lebrão – Vou ser bem rápido, agradeço o espaço. O Governador está montando uma equipe para que se faça uma viagem agora ao Rio de Janeiro, no BNDES, no Banco do Brasil para resolver os problemas do PIDISE, do PROINVEST e assim, nós teremos a oportunidade de quitar todas as empresas que prestaram serviços para o Estado e que estão aguardando seus pagamentos. Dentro do DER, o Governador já emprestou da Fonte 100, 30 milhões, para amenizar os problemas causados através das empresas que fizeram essas pavimentações e outros tipos de obra dentro do Estado. Portanto, nós estamos bem perto para resolver esse problema, porque é um recurso que foi aprovado por esta Casa dentro de uma audiência pública na primeira Sessão de 2012, e foi liberado através do BNDES, na ordem de quinhentos e quarenta e dois milhões de reais, o primeiro financiamento, e logo em seguida o segundo na ordem de quatrocentos e trinta e oito milhões, que o governo ainda não investiu nem 50% do total desse recurso que entrará nos cofres do Estado de Rondônia. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALEX REDANO – Que agradeço o aparte, e agradeço os esclarecimentos. E, mais uma vez, encerrado, Senhor Presidente, peço a inclusão do Projeto da Suplementação dos quinze milhões e duzentos mil reais para o início da construção do Hospital de Ariquemes. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado deputado Alex Redano. Nas Comunicações de Lideranças. Concedo a palavra ao nobre deputado Adelino Follador, por vinte minutos com aparte.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, Senhores Deputados, pessoal aqui presente, é um prazer, mais uma vez estar nessa tribuna, para falar de vários assuntos importantes e também citar um assunto que foi citado a pouco, deputado Cleiton citou que não concorda, mas eu volto a frisar que Cacoal tem direito sim ao segundo Hospital Regional, mas desde que atenda as outras regionais primeiro, que o primeiro Hospital Regional. Eu volto a frisar que a alta complexidade é uma responsabilidade do Estado, e eu gostaria que o governo do Estado ampliasse, facilitando os exames de alta complexidade à Ji-Paraná, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, também Rolim de Moura, todas as regionais principalmente, na questão de

exames. A questão poderia fazer um pregão eletrônico onde autorizariam, Deputado, que nem os planos de saúde fazem na rede privada, faz um preço bem abaixo daquela tabela, talvez pela metade do preço. Então, o Estado usasse esses vinte milhões e também em Cacoal autorizasse fazer mais exames de alta complexidade, que seria uma ação muito importante que o governo do Estado poderia estar fazendo e no campo dele, na responsabilidade dele, que nós vamos ter cuidar primeiro, porque a responsabilidade... Não sou contra não, deputado Cleiton, eu até gostaria que tivesse condições de assumir todas as emergências de todas as regionais, mas, eu sei que é impossível. Então nós teremos que valorizar mais essa questão.

Também gostaria de frisar outro assunto que é muito difícil: o da violência, que já foi citado pelo Deputado anteriormente, na região de Ariquemes, eu falei inclusive que o Pastor Roberto acabou de ligar de Monte Negro. O Pastor Roberto é Pastor da Assembleia de Deus, e hoje teve mais um assalto a mão armada. Monte Negro, cidade pequena, pacata, mais uma cidade bonita, bem arrumada e onde o pessoal ultimamente não tem mais tranquilidade. Domingo também, teve assalto no posto de gasolina e está sendo roubo a mão armada na região. Muito preocupante, e tem poucos policiais e esses policiais, naquela região tem muito conflito agrário, o deputado Lazineho conhece a região. Então, eles também estão atendo essa região e não conseguem atender naquela região. E também, eu quero fazer um apelo ao Secretário de Segurança, ao Governador para que o mais rápido possível faça esse concurso, facilite como foi citado pelo Deputado anteriormente. Dizer que agora teve trezentos e poucos policiais militares que conseguiram transpor via justiça, e agora ultimamente foi mais trezentos, e a maioria desses estão indo para a reserva que já estão com idade. Então, essa reposição dos duzentos e quarenta policiais não dá nem para repor aqueles que saíram agora de novembro para cá. É preciso ser feita alguma coisa, urgente, inclusive, agora foi renovado o tempo da Força Nacional, ficar na região de Ariquemes, mas se o Governo Federal não concordasse de prolongar esse prazo, Ariquemes estaria pior ainda. Aliás, toda região de Ariquemes estaria numa situação muito difícil, de Buritis até Machadinho é uma das cidades mais violentas, aqui em Porto Velho, então vários Deputados já apartearam, o deputado Aécio TV também falou da violência de Porto Velho, a falta de policiais aqui também, e lá também está muito difícil.

Então, eu quero fazer um apelo aqui ao governo do Estado, que se preocupe o mais rápido possível, Secretário de Segurança para que faça esse concurso para repor, dizer que não tem orçamento, mas essas pessoas, esses policiais que foram para a folha do governo federal, foram transpostos, esse recurso sobrou no orçamento do Estado, deputado Airton. Então, eu peço ao governo do Estado que agilize isso o mais rápido possível. Eu quero também frisar um assunto que eu não gostaria de falar, mas, mais uma vez o subchefe da Casa Civil Vitorino, a pessoa que diz que representa o Governador, deputado Edson, e foi lá em Jaru e passou por Jaru, o pessoal se reuniu, os agentes penitenciários e chamaram para conversar, para dialogar sobre aumento, a reposição... Aumento, não, a reposição salarial, e ele foi muito mal, atendeu muito mal o pessoal e falou que “as enchentes estão chegando

aí, vai ter calamidade pública e o governador não vai conversar com ninguém, não pode dar aumento e vocês podem fazer o que quiserem". Essas são as palavras do subchefe da Casa Civil mais uma vez, uma pessoa despreparada para conversar, evitar uma greve, evitar conflitos ao invés de evitar, acaba atijando mais e acaba criando... Ao invés de ter um diálogo, conversar, vê quais as demandas que essa categoria tem, ouvir, para poder evitar esse atrito. Gostaria de deixar aqui registrado, mais uma vez, já citei na vez passada quando ele citou, e eu estive com o Secretário também do DER, Coronel Caetano, e como já três residentes tinham me ligado também me confirmou que de fato ele teve essa conversa com os residentes. Então, eu gostaria de deixar registrado isso. Além disso, nós estamos vendo nas redes sociais uma manifestação muito grande no País, e nos preocupa, e assistindo o Jornal Nacional, assistindo os jornais de todas as TVs e nós estamos vendo esse País como foi citado aqui, ouvindo também a TV Senado, TV Câmara e a gente vê tanta coisa, por isso que a população cada vez mais não está mais acreditando na política, nos políticos, e nós precisamos que esse País retome as forças, a Presidente da República precisa retirar no primeiro momento todas as pessoas envolvidas, as pessoas que de fato tem sido comprovado, que estão envolvidas nos escândalos, que não fiquem no governo, porque o povo está indignado essa inércia, concordando com tudo que está acontecendo. Eu vi inclusive, Senadores, Deputados, inclusive o Presidente da Câmara dos Deputados, foi feito um requerimento, após isso passaram seis milhões de reais para poder parar a pressão sobre as empresas. Então, foi montado um cartel e precisa ser colocado a limpo o Brasil. E a PETROBRAS, também, hoje uma das maiores empresas do mundo, e hoje uma ação, talvez, não vale 10% do que valia há dois anos, talvez um ano, um ano e pouco. Então, lamentamos muito. Nós temos que domingo, dia 15 vai ter uma grande manifestação espontânea, estão tentando dizer que essa manifestação seria da oposição, não é uma manifestação da população do Brasil, a população que não aguenta mais, eu quero dizer aqui que daqui a pouco vão falar que todos os bandidos que tem aí, o culpado é o Fernando Henrique, porque esses bandidos nasceram na época do Fernando Henrique, então, vão dizer que foi ele que criou esses bandidos também no Brasil. Nós precisamos deixar de olhar há vinte anos e querer arrumar desculpas, eu não tenho que olhar se o outro roubou para eu roubar também não, eu acho que nós precisamos, no momento, que cada um reflita naquilo que está acontecendo e seja em qualquer esfera. O Governo Federal o que deixa o povo assustado, é que não faz nada, não tira as pessoas envolvidas nos escândalos. Então, para isso, nós temos que exigir que o governo ou qualquer um faça e também tome providência quando há escândalos. Parabenizo o Ministério Público, a justiça por está trabalhando, esse Juiz do Paraná está fazendo um grande trabalho, Doutor Moro, nós temos que parabenizar, nós tivemos o Joaquim Barbosa, que passou pelo Supremo e infelizmente não aguentou a pressão não é, deputado Lebrão, e agora nós temos mais um Juiz se destacando com coragem, com dignidade fazendo o seu papel, espero que o Supremo também faça o seu papel e puna de fato quem merece. Eu vi a Presidente da República vindo à público dizendo que tem que ser punido. Espero que seja punido de fato e com certeza a Presidente da República ao invés de

ficar sacrificando as pessoas, tomando medidas que mexe... Lá, tem 39 Ministérios, eu não vi nenhuma ação do Governo Federal hoje enxugar a máquina para poder diminuir esses Ministérios para que ajudem a sair dessa situação que está. Então, o Governo Federal tem que fazer o dever de casa primeiro, não só debitar nas costas do cidadão, seja mexendo no INSS, seja só mexendo na gasolina, mexendo na energia, que a energia é uma coisa muito grave, porque tudo hoje gera em torno da energia. A questão do combustível é muito grave porque todos os mantimentos são produzidos com óleo diesel, são transportados com óleo diesel, então, isso encarece muito. E nós aqui, o Governo Federal está devendo muito, a transposição, essa 319, 300km que estão arrumando a desculpa que vai dá impacto ambiental, isso é uma desculpa por que em 1978, eu ia de ônibus para Manaus, deputado Airton. Eu ia de ônibus para Manaus em 1979, 1980, 1981, 1982, até 1983 nós íamos por essa BR, se fosse para dar impacto teria dado na época. Eu quero parabenizar o Senador Acir que fez uma caminhada, brigou, mas também agora eu vou cobrar que parece que ele aquietou. Que é um assunto superimportante hoje para brigarmos, porque a questão de hortifrutigranjeiro, aquilo que nós produzimos aqui, Manaus hoje tem quase três milhões de pessoas, que quase não produz nada. Porque Rondônia pode produzir e fornecer a esse povo, inclusive baixar o custo de vida de Manaus. Então para nós são assuntos importantes, eu vejo a ferrovia que estava planejada de Cuiabá a Porto Velho, também foi tirada do orçamento e ninguém fala nada. Vamos fazer um apelo ao Governo Federal, à bancada federal que ela foi vetada pela Presidente, que faça uma ação política. Rondônia, Acre e Amazonas, porque isso é interesse de toda região aqui, e Mato Grosso, para que a gente consiga fazer sair essa ferrovia para não ficar dependendo ainda mais do óleo diesel e dos transportes aqui da BR-364.

O Sr. Lebrão – Um aparte Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Pois não, Deputado Lebrão.

O Sr. Lebrão – Parabéns pelo brilhante discurso em defesa da BR-319. Vossa excelência que defende sempre o Estado de Rondônia e principalmente o setor produtivo, eu agradeço o aparte. Eu quero em nome do nosso ex Vice-Governador e grande deputado Airton Gurgacz, parabenizar o nosso Senador Acir Gurgacz que impunha essa bandeira e levanta essa discussão da BR-319, ele que fez esse trajeto ai por terra para poder mobilizar a bancada federal para que a gente possa revitalizar, recuperar a BR-319. Quando caminhoneiro nos anos 80 eu tive a oportunidade de fazer algumas viagens ainda para Manaus quando nós tínhamos essa estrada pavimentada. Não era de boas condições, mas trafegava. Lamentavelmente criou-se esse monopólio fluvial que prejudicou e muito, não somente o Estado de Rondônia, mas toda a região norte do País. Porque essa estrada é da maior importância, principalmente para o Estado de Rondônia. Manaus, como vossa excelência mesmo disse aqui, de uma grande população tem condições de absorver todo o excesso de produção e produtos hortifrutigranjeiro aqui do Estado de Rondônia e que é da maior importância para o Estado de Rondônia. Nós teremos condições com essa estrada recuperada de carregar um caminhão, uma carreta de

maracujá no município de Seringueiras meio-dia e no outro dia de manhã cedo descarregar em Manaus. Então é da maior importância. Agora quero dizer que o nosso Senador terá, sem dúvida nenhuma, um desafio muito grande e terá que ter não somente a bancada de Rondônia, mas a bancada da região norte do nosso país unido para poder defender essa tese, essa discussão muito ampla que teremos dentro do Congresso Nacional para poder fazer com que nós tenhamos mais uma vez essa estrada pavimentada e em condições de receber um transporte de peso, que vai ser muito importante para o Estado de Rondônia. Agora ele vai enfrentar uma barreira muito pesada que é o monopólio do transporte fluvial que infelizmente trava o desenvolvimento da região norte, principalmente de produtos, como o peixe da sua região que tem um potencial muito grande e que hoje é consumido no mercado do Amazonas. Parabéns. Muito obrigado pelo aparte e deixo registrado os meus elogios, tecer esses elogios ao nosso Senador Gurgacz, que sem dúvida nenhuma nos representa à altura no Senado da República, no Congresso Nacional.

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado conceda-me um aparte?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Agradeço as palavras do deputado Lebrão. Com o aparte deputado Airton Gurgacz.

O Sr. Airton Gurgacz – Parabéns pela sua fala, pela sua preocupação. Eu quero dizer que em 1979, há 36 anos eu fui ver o Papa João Paulo II, quando veio a Manaus naquela turnê que ele fez, nós saímos de Ji-Paraná com dois ônibus Mercedinhos lotados de católicos de Ji-Paraná a Porto Velho não tinha ainda o asfalto e daqui para Manaus já era asfaltado. Nós saímos daqui às 18 horas da nossa Capital e amanhecemos o dia lá, 6 horas da manhã na balsa do carreiro. Então era uma estrada que já funcionava isso há 36 anos, rodou até os anos 88 e depois por desleixo do nosso Governo Federal, aconteceu o que houve que tem um trecho de aproximadamente 300 quilômetros só que está ruim. Mas é uma batalha do Senador Acir, a importância para o nosso Estado de Rondônia de toda a nossa produção agrícola aqui. Manaus, bem disse vossa excelência, tem três milhões de habitantes, e lá nós venderíamos toda a nossa produção para Manaus. É todo tipo de produção, são hortifrutigranjeiros que tanto Manaus consome. Que lá não se planta muito, porque Manaus, a maioria das rodovias são por águas, então Manaus tem essa dificuldade. E nós temos essa facilidade, da nossa grande produção agrícola que é rica, dentro do nosso Estado e nós poderíamos com certeza estar ajudando. Sabemos que o Acir voltou a cobrar no Senado, a Presidente Dilma, o próprio Ministro de Transportes, toda a bancada da Amazônia para que possa se unir e esse trecho, pequeno trecho dar abertura para que aqui nós tenhamos um grande movimento e poder atender a grande Amazônia com todas as nossas riquezas de Rondônia e de outros Estados que passarão aqui a dar um movimento. Porque bem disse o deputado Lebrão, sobre as máfias da balsa, para levar um automóvel pela balsa são quatro, cinco, seis mil reais que você paga e pela rodovia você sairia daqui, porque o asfalto até o Humaitá foi todo recuperado, as pontes recuperadas, até 120 quilômetros de Manaus para cá, deputado Lebrão, já está pronto, está recuperado. Então é um pequeno trecho que a

gente pode resolver, e para o nosso Estado, eu tenho certeza que toda Amazônia, toda a nossa bancada, o nosso Governo do Estado também ganharíamos muito. Parabéns pela sua colocação e dizer que o senador Acir continua lutando muito para que essa abertura, esse término dessa rodovia seja feita, onde nós construímos uma ponte no valor de quase trezentos milhões de reais aqui na nossa Capital. Então isso é um dos problemas, hoje está praticamente resolvido; uma beleza hoje para você ir até a cidade de Humaitá. Então parabéns e muito obrigado pelo aparte.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu que agradeço pelo aparte. Dizer que quando eu fui Prefeito ainda no primeiro mandato nós criamos em Cacaulândia treze produtores de pimentão e de tomate e levamos para Manaus, íamos de barco e começou a estragar muito, teve alguns produtores que estão em Iranduba produzindo, mas já falaram para mim, tem um produtor que saiu de Cacaulândia, ele chegou a ter 160 barracões de cheiro verde e verdura. Ele falou se abrir a 319 eu vou produzir aqui em Rondônia, eu venho embora e vou produzir aqui. Então olha a importância nossa de abrir essa BR, e, além disso, o custo de vida de Manaus dá para baixar 20, 30%, porque o custo de produção lá é muito alto, para você ter uma ideia, ele está buscando esterco de galinha, porque o solo é muito carente, é muito difícil recuperar e tem adubo que não tem, tem que buscar esterco de galinha em Roraima para poder melhorar o solo para produzir a verdura em Manaus, porque tem problema, é muito difícil produzir em Manaus. Então o custo de vida de toda aquela população já diminuiria. Quero deixar registrado essa questão. Registrado que a bancada federal faça uma ação, que eu acho que muitas coisas estão deixando a desejar. A transposição que a Dilma já prometeu, já deu para o povo de Rondônia não aconteceu, só aconteceu judicialmente, essa 319 que eu acho, acho não, eu tenho certeza que é desenvolvimento para Rondônia e para toda região Norte. E a questão dessa ferrovia, nós não poderíamos deixar de derrubar o veto no Congresso Nacional dessa ferrovia. Porque com essa ferrovia, nós resolveríamos o problema da 364 que alivia o peso das carretas que passam aí, e também o fluxo diminui, há muito fluxo e além disso o custo. Vamos sair do óleo diesel, por que o óleo diesel está impossível manter trazendo todos os mantimentos que vem para Rondônia e para toda região norte no óleo diesel e a soja também porque aqui nós temos o Porto, do Mato Grosso poderia vir tudo pelo trem que seria um transporte bem mais barato. Então quero deixar registrado essas palavras e frisar a importância desse movimento que o pessoal que está saindo às ruas não está saindo a favor do PSDB, a favor do democrata, a favor do PT, está indo às ruas porque não está aguentando mais essa situação. Esse desmando nesse País e nós temos que fazermos alguma coisa. Obrigado.

(Às 17 horas e 28 minutos o senhor Edson Martins passa a palavra ao senhor Só Na Bença.)

O SR. SÓ NA BENÇA (Presidente) – Muito obrigado deputado Adelino, pelas suas palavras tão maravilhosas, de grande efeito para o nosso Estado, o nosso povo. Quero agradecer a presença do Luiz Tertuna, de Rolim de Moura, juntamente

com nosso grande amigo, que Deus abençoe, Prefeito de Nova Brasilândia, Prefeito Gerson, nos convidou para irmos lá comer um franguinho. Nós vamos lá, se Deus quiser, Prefeito. Quero agradecer a presença do meu filho Marilúcio, Adenilson, de Primavera de Rondônia e a cada um de vocês que estão presentes.

Passemos às Comunicações de Lideranças. Com a palavra o deputado Laerte Gomes, 20 minutos com apertes.

O SR. LAERTE GOMES – Só porque eu não sou do PMDB Presidente, vossa excelência falou meu nome bem baixinho. Isso é um preconceito conosco que não somos do partido.

O SR. SÓ NA BENÇA (Presidente) – Vossa excelência tem toda liberdade.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, ouvindo atentamente os discursos de vários colegas, parabeno os temas que foram trazidos à esta Casa hoje, alguns tem falado dos discursos, toda Sessão os Deputados discursando. E eu entendo que isso que está fazendo e vai fazer com certeza, deputado Lazinho, essa legislatura mais forte. Os temas do Estado, os temas dos municípios, os temas nacionais serem debatidos aqui nesta Casa. Aqui é o local de falar, aqui é o local de debate. E a nossa arma que nós temos, é a voz e a tribuna. Eu queria agradecer o Presidente do Parque de Exposições, de São Domingos, o nosso amigo Wagner Miranda, o Elizeu, ex-presidente. O pessoal de Presidente Médici que estava, o Prefeito Gerson, do Município de Brasilândia, aos amigos que se fazem presentes. Na última sexta-feira foi realizado uma passeata no município de Ji-Paraná, onde envolveu pessoas de Alvorada do Oeste, pessoas de Ji-Paraná onde foi feito uma passeata cobrando a solução, o esclarecimento do assassinato do caso como ficou conhecido do jovem Douglas, foi assassinado na Boate Império acerca de um mês. A população, deputado Airton foi às ruas e eu quero fazer um agradecimento especial à imprensa da região central do Estado. A imprensa que esteve presente, a Rede TV, a Rede Record, a Rede Globo, o Jornal Diário da Amazônia, aos sites da região central que se fizeram presente dando voz aos manifestantes, dando voz aos pais, dando voz à sociedade. Uma manifestação pacífica feita na esquina do Supermercado Irmãos Gonçalves no 2 de abril e onde foi caminhado, foi feita uma passeata até a Delegacia Regional do município de Ji-Paraná, chegando lá, o Delegado Regional Dr. Alexandre Árabe não se encontrava, tentei falar com ele, deputado Aécio, por 4 vezes, não atendeu o telefone e o incrível que eu liguei para o Secretário duas vezes e o Secretário, deputado Ezequiel, atendeu na hora, Secretário de Segurança o qual eu quero parabenizar pela atenção que tem dado ao caso Dr., se não me falha a memória, Antônio Carlos, se não me falha a memória, mas o Delegado não estava e quem nos recebeu foi o Delegado Hora, sobrenome Hora que estava no lugar do Delegado Regional. De início queria permitir que os pais e eu como deputado entrasse, e eu disse, deputado Luizinho que eu era servidor público como ele, e a imprensa tinha que entrar junto, deputado Lebrão, para fazer uma entrega simbólica. Simplesmente isso, uma entrega simbólica de uma camiseta, o deputado Luizinho conhece muito bem o jovem Douglas, de

uma camiseta cobrando justiça. O Delegado Substituto Regional, Dr. Hora muito frio, mas recebeu, meio contra a vontade recebeu e os pais ali puderam entregar a camiseta e a mãe emocionada pediu o esforço na solução desse caso. E eu fiz um compromisso junto com os pais e aquelas pessoas que toda terça-feira eu vou está cobrando desta tribuna o esclarecimento desse assassinato até que se conclua o caso. Eu acredito na Justiça, acredito na capacidade da Polícia Civil desvendar, porque a gente que anda nas ruas de Ji-Paraná, deputado Airton, vossa excelência que é de lá, todo mundo fala para a gente quem que é, e a Polícia não, as ações não acontece, a gente não vê ninguém preso, não vê pedido de prisão para ninguém e sempre conversando com o responsável do caso estamos esperando a parte técnica. Ora, se todos falam quem é, então uma hora dessa o assassino, a gente nem sabe onde está mais, onde possa está mais. Então é um crime que revoltou, um crime de comoção, e nós vamos estar aqui, pode ter certeza, ao pai que é o Edmar, a mãe Irene, que nós vamos estar aqui cobrando, aos amigos, que nós vamos estar cobrando aqui toda semana até que esse caso venha a ser solucionado. Dizer também que recebemos ontem na Presidência, juntamente com o Presidente Maurão, uma visita do Presidente da FIERO, Dr. Marcelo que juntamente com o Superintendente o Dr. Gilberto, Marcelo Thomé da Silva fez uma visita a esta Casa. E ali conversando o Presidente tinha uma agenda, uma audiência com o Governador e nós conversamos com o Presidente da FIERO sobre orientação do Presidente Maurão, o Presidente da FIERO, deputado Lebrão, nos falando da preocupação com a questão da Indústria e Comércio do Estado de Rondônia, cobrando, eles estão sentindo já a questão das demissões, as indústrias e as empresas demitindo, a questão da crise realmente, esta afetando e a preocupação deles também não ter um canal, uma Secretaria exclusiva para que possa atrair e buscar novas empresas para o Estado, que seria a Secretaria de Indústria e Comércio que é um pleito deles. Com certeza, o Presidente da Casa vai estar falando com os Deputados, vai estar levando este pleito até o Governador. Eu acho muito importante, nós precisamos trazer atrativos, Rondônia é um Estado cheio de oportunidades com uma aptidão imensa e que, com certeza, um trabalho forte do Governo do Estado através de uma Secretaria específica para a Indústria e Comércio, deputado Airton, nós poderemos buscar novas empresas e, deputado Aécio, com certeza, gerar emprego e renda à nossa população. Então, eu queria deixar registrado a visita honrosa para esta Casa da diretoria da FIERO através do seu Presidente, Dr. Marcelo Thomé, do Gilberto, e toda a equipe que esteve presente e colocar a Casa à disposição deles para estarmos conversando, trocando ideias que isso, com certeza, é um diálogo que vamos poder avançar. Também fiz uma visita em Ji-Paraná, nesse final de semana ao atual Presidente do FEFA, Dr. Vidal, conversando com ele expressando a nossa preocupação com a situação do IDARON. O IDARON é um órgão, deputado Cleiton, que nós temos que nos preocupar, é um órgão fiscalizador de sanidade animal, mas que toda a nossa economia, deputado Ezequiel, depende do trabalho do IDARON. Hoje a nossa fonte de receita, ela vem a sua maior parte do setor agropecuário, setor produtivo onde o IDARON tem o papel fundamental de manter junto com os produtores, logicamente, de manter a sanidade do nosso rebanho, que

hoje tem mais de doze milhões e quinhentas mil cabeças. E o que nós temos visto na atual administração que se passou do IDARON uma gestão desastrosa. Eu queria aqui parabenizar, deputado Lazinho que estava aqui e saiu, deputado Ribamar, parabenizar o Governador Confúcio Moura pela troca que fez na presidência do IDARON. Tirando o ex-presidente Marcelo que o que eu tenho visto em todos os escritórios do IDARON que eu tenho visto fez um trabalho que diminuiu muito essa agência, que é o IDARON que era referência em nível nacional, que hoje esta jogada, não vou falar às traças, por que tem um quadro de servidores capacitados e fantásticos, mas a sua estrutura infelizmente deixa a desejar e colocou o ex-prefeito do município de Buritis, o Volpi, o qual eu desejo sucesso e sorte. Uma coisa o Volpi já mostrou que é diferente, deputado Lebrão, o diálogo, tem o diálogo, já estive em Ji-Paraná visitando o FEFA, o Vidal, vem com os deputados e conversa, tem o diálogo, está conversando com os técnicos do quadro do IDARON, hoje inclusive eu conversei com um técnico do IDARON e ele me dizia, deputado Adelino, que o Volpi está conversando, que ele quer acertar, que ele quer melhorar. Hoje o IDARON por incrível a gente falando isso às pessoas não acreditam, não tem dinheiro para comprar água, para comprar cafezinho, a ordem é: quebrou o carro, encosta. Essa é a ordem que tinha, fruto de uma gestão irresponsável do ex-presidente daquele órgão, que é arrogante, porque a arrogância, deputado Lazinho, era a sua marca registrada. Então eu queria aqui dizer dessa preocupação, nós temos uma fronteira imensa no Estado de Rondônia, temos uma aeronave, deputado Adelino, uma aeronave que não voa, a última vez que voou, sabe quem abasteceu? O FEFA. Depois que acabaram com o FEFA que era parceria, o que o mundo busca, a parceria pública privada, aqui em Rondônia fizeram ao contrário, acabaram com o FEFA, acabaram com essa parceria dos produtores com o IDARON fruto de uma briga que eu não sei o porquê, mas que quem esta pagando o preço hoje e colocando em risco a nossa economia do Estado. Antigamente um carro quebrava, tinha problema de gasolina estava lá o FEFA para contribuir, antigamente os aviões, as fronteiras tinham problemas, o FEFA estava lá, hoje acabou isso. Então nos causa preocupação, eu conversei com o Volpi, vou conversar com ele, nós temos que fortalecer o nosso Instituto, da nossa agência do IDARON, Deputado, nós temos o deputado Ribamar, nós precisamos fortalecer muito, a gente nem ousa pensar nisso, um surto aí no Estado porque se isso vir a acontecer nem folha de pagamento o Estado paga. Então eu acho que tem que ser fortalecido o IDARON. Há 4 anos, desde 2011 não se faz convênio com o MAPA, com o Ministério da Agricultura. Sabe por quê? Porque o Ex-Presidente Marcelo não prestava conta dos convênios que vinham, eram três, quatro milhões todo ano que vinha de convênio para o IDARON do Ministério da Agricultura e há três anos não temos convênio por falta de prestação de contas, essa é a realidade que nós temos no nosso órgão. Então, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é momento de nós fortalecermos essa agência, estarmos discutindo com o novo presidente, o Volpi que já se mostrou disposto a isso, para estarmos avançando nessa questão da sanidade animal. É muito importante isso para o nosso Estado, é muito importante isso para a nossa economia.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Aparte concedido, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Com certeza, deputado Laerte, vossa excelência está trazendo um assunto super importante, nós conhecemos o IDARON que foi criado na época do ex-governador Bianco e foi um dos órgãos que foi muito importante para a questão bovina e suína do Estado de Rondônia, um órgão que deu certo e eu, com certeza, conheço a passagem do Marcelo, ex-presidente do IDARON, prejudicou muito, é uma pessoa que não tinha diálogo, vinha nesta Casa cheio de arrogância, achava que tinha o rei na barriga, não foi nunca parceiro de ninguém e, com certeza, vinham reclamações de todos os produtores, inclusive, ele fazendo eventos, como eu estive lá em Itapuã na abertura da vacina onde investi toda aquela estrutura e não tinha agricultor nenhum, ou quase nenhum. Eu quero aqui desejar ao Volpi que eu conheço ele de Buritis, ele foi colega prefeito, demonstrou muito boa vontade, ainda não tive oportunidade de fazer visita a ele, mas ele já me convidou e falou que vamos conversar e acho que nós precisamos melhorar o IDARON porque é um órgão que dá uma segurança para o produtor rural, principalmente para os pecuaristas do Estado de Rondônia, que hoje a renda de Rondônia a maior parte vem da pecuária e o IDARON é indispensável. Como vossa excelência citou, deputado, a questão da possibilidade de um foco de aftosa no Estado de Rondônia, isso nem se pode pensar nisso, o prejuízo para o Estado de Rondônia. Uma vez ele isolou ali na região de Jaru dizendo que tinha um possível foco, nós o chamamos aqui na Comissão de Agricultura e questionamos e ele começou a dizer que ia chamar a imprensa, eu falei: “Marcelo, se for para chamar a imprensa, espera que o governador te demita hoje para você não falar mais desse assunto, e por favor libere lá, você já confirmou que lá não tinha nada”. Porque tinham dois animais que diz que tinha casco rachado, eu falei: “lá na minha propriedade, onde tem pedra, todo lugar tem vaca, tem gado com algum casco rachado”, e foi comprovado, o veterinário comprovou, e ele não queria, ficou teimando, acho que o deputado Ribamar estava naquela reunião quando nós falamos para ele: “para com isso, não fala mais nada, não vai à imprensa”. Porque quanto mais alarmar, mais os frigoríficos vão explorar o agricultor porque com essa desculpa de um possível foco isso é muito destrutivo. Então parabenizo o Deputado por esse assunto e, com certeza, nós temos que fazer alguma coisa para poder cobrar do governo para que melhore, e o Volpi, conte com a gente aqui que é uma pessoa que a gente conhece e eu sei que tem muito boa vontade. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado. Essa questão do IDARON. Deputado Aécio.

O Sr. Aécio da TV – Queria lhe parabenizar, deputado Laerte Gomes, pela colocação em relação ao Volpi. Eu tive a oportunidade de recebê-lo também no meu gabinete, com muita humildade, com muita simplicidade, que lhe é peculiar. Ele colocou o IDARON à disposição, e também falou dos problemas que o IDARON vem enfrentando com as suas

estruturas em todos os municípios. É preocupante, a que ponto o IDARON chegou nesses quatro anos. O IDARON no governo anterior era considerado referência e para quem tem um rebanho de doze milhões e meio de cabeças de boi tem que ter muito cuidado, porque de repente todo esse trabalho, tudo que foi feito pode ser jogado por água abaixo. E nós esperamos sinceramente, eu desejo que o Volpi conduza aquele órgão com o carinho que é necessário, com a preocupação que se faz necessário. Eu sou uma pessoa amante da coisa do campo, até por ter nascido no mato, por ser filho de produtor rural, tanto é que o tema de minha monografia foi "O consumo de carne suína na cidade de Porto Velho" de tanto que eu gosto dessas coisas voltadas ao campo. E fiquei feliz quando conversei com ele, e estou muito feliz com a sua colocação, porque eu espero que o IDARON seja, continue sendo referência no Brasil. Porque nós estamos numa região perigosa, uma região de fronteira e nós não podemos nem sonhar, nem sonhar, deputado Adelino, quando se ouve um presidente do IDARON fazer uma ameaça como vossa excelência acabou de relatar isso é um absurdo porque o que o IDARON, o que o rebanho representa para o Estado de Rondônia, para a nossa economia e para nossa população. Parabéns pela colocação, deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, deputado Aécio. Eu vou concluir já, tem alguns temas aqui ainda

O Sr. Edson Martins – Conceda-me um aparte, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Concedido, deputado.

O Sr. Edson Martins – Deputado Laerte Gomes, eu quero também, lhe parabenizar pelo seu discurso hoje realmente num tema muito importante, e reconhecer um grande Presidente que acaba de assumir o IDARON, o Volpi, prefeito que foi, por oito anos no município de Buritis, uma pessoa de diálogo muito fácil e já estive conversando, visitando o Volpi e ele falou das dificuldades que hoje ele tem de trabalhar. Falta tudo, falta de recursos, e o Volpi tem construído um diálogo com todas as categorias e eu acho que ele vai fazer um grande trabalho, eu não tenho dúvida. E hoje nós temos que realmente nos preocupar. Por isso eu quero lhe parabenizar porque o nosso rebanho bovino hoje é uma economia considerável no nosso Estado, porque não dizer o maior patrimônio econômico hoje do nosso Estado é o nosso rebanho, a nossa pecuária corte e leite, nós temos que, realmente, nos preocuparmos. Inclusive, tem um projeto nesta Casa onde temos mais de vinte milhões de reais que está hoje no fundo e nós precisamos, tem um projeto parece pedindo autorização parte desse recurso para aplicar na prevenção. Sei que esse recurso já foi autorizado, com certeza ele vai fazer muito bem, frente a essa necessidade, tramitou na Casa recentemente e esse recurso com certeza vai ser investido na prevenção. Porque um patrimônio importante que nós temos, é o nosso rebanho bovino. Nós não podemos ficar à mercê de esperar com recurso engessado com uma possível indenização, por isso que um projeto importante que tramitou nesta Casa, foi aprovado, que é a questão de parte desses recursos e será investido na

prevenção. Por isso, quero lhe parabenizar, Deputado Laerte, e com certeza o Volpi agora com mais esses recursos e com a criatividade, com o trabalho do Volpi que foi um brilhante prefeito, vai fazer a diferença no IDARON, isso eu tenho certeza. Parabéns pelo seu discurso. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado deputado Edson.

O Sr. Saulo Moreira – Permita-me um aparte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, deputado Saulo.

O Sr. Saulo Moreira – Deputado Laerte, aproveito a oportunidade para parabenizar vossa excelência pelo seu discurso. Também já estivemos conversando com o Volpi que, inclusive, é da nossa região de Ariquemes, é do município de Buritis, que é suplente de deputado estadual também, e nós tivemos a oportunidade de falarmos com ele naquele dia. Nós estávamos juntos com o Deputado Luizinho e dissemos para ele naquele momento que ele tem agora em suas mãos a oportunidade de ressuscitar o IDARON. O IDARON tem um excelente quadro de servidores com muita capacidade, dedicados ao trabalho, mas que não tiveram condições nesses últimos quatro anos de fazer o trabalho que o IDARON sempre fez para o Estado de Rondônia. O IDARON sempre fez, mesmo com todas as dificuldades, seguraram o que estava ao seu alcance nesses quatro anos que se passaram mesmo diante de uma péssima direção eles conseguiram fazer esse trabalho, e agora com a entrada do Volpi nós estamos acreditando, seriamente, que ele vai poder, novamente, ressuscitar o IDARON, daquele trabalho que o IDARON sempre fez e que sempre manteve o Estado livre da febre aftosa e com rebanho saudável. Enfim, o nosso Estado de Rondônia sendo referência nessa atividade.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado Deputado Saulo. Eu acho que o nosso Presidente do IDARON, deputado Maurão, o Presidente Volpi poderia iniciar o seu trabalho resgatando a parceria do modelo com o FEFA, deputado Adelino, como é no Rio Grande do Sul onde foi buscado até hoje e funciona muito bem. Outra forma que o nosso Presidente do IDARON, o nosso amigo Volpi poderia fazer é voltar o horário, corrido é uma vergonha, deputado Lazinho, o IDARON funcionar até uma hora da tarde, é uma vergonha. É um desrespeito aos nossos produtores. Palavras de técnicos de dentro do IDARON que ajudaram a criar o Instituto, e eles falaram dessa forma: economicidade zero, para a defesa sanitária é um desastre. Então, espero que o nosso Presidente do IDARON, o Volpi, o nosso amigo Volpi, volte atrás, volte atrás nessa decisão que eu não sei da cabeça de quem saiu, talvez do ex-presidente Marcelo, que a sua maior qualidade era a arrogância, a prepotência. Talvez da cabeça dele isso, nem os próprios servidores do IDARON concordam com isso. Então eu espero que o nosso Presidente do IDARON, o Volpi, tome essa atitude.

O Sr. Jean Oliveira – Permita-me um aparte, deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado Jean.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Laerte. Quero parabenizar vossa excelência pelo discurso, pelo pronunciamento e colaborar com a participação no pronunciamento de vossa excelência, dizendo que o IDARON ganhou muito com essa nova direção, com esse novo Presidente. Está ali o deputado Lazinho que faz do grupo de Deputados que fizeram a indicação e colocaram o nome do Volpi para que se fosse apreciado, e dos dois nomes que estavam lá, que foi feito Justiça, não com o PT, não com qualquer um, mas com o produtor rural, com o pecuarista. Foi feito justiça em aceitar o Volpi como Presidente do IDARON, deputado Laerte. E eu penso o seguinte, essa questão do horário corrido dentro do IDARON foi uma coisa muito discutida, foi muito discutida aqui, deputado Ribamar, o ex-presidente Marcelo segurou essa decisão até ele ter certeza absoluta de que ele não ficaria no cargo, ele segurou essa decisão até ter certeza que não ficaria no cargo. Quando ele descobriu que das opções do PT ele estava fora, ele foi e tomou essa decisão e deixou o servidor em horário corrido. Eu não tenho nada contra o Marcelo, eu o acho uma excelente pessoa, mas quanto à questão de ser o Presidente do IDARON, muitas vezes faltou àquela questão de saber o que o produtor passa no dia a dia, deputado Ribamar. Aquela situação que o Volpi, e se ele, por si só, só de olhar... O Volpi já sabemos que ele tem a sensibilidade do pecuarista, do pequeno produtor rural. Então, deputado Laerte, eu não tenho dúvidas que muitas das discussões que foram barradas nesta Casa, na época em que o presidente era o Marcelo, podem ser retomadas com o Volpi na Presidência. Decisões como a utilização do fundo do FESA que hoje chega a quase vinte milhões de reais no subsídio para as questões do dia a dia como a situação de aluguéis de carro, como pagamento de gratificações para os servidores que tiveram excelência no seu trabalho. Então, acredito que essa discussão pode, sim, ser retomada a partir dessa nova presidência com esse novo modelo de visão do IDARON.

(Às 17 horas e 48 minutos o Senhor Só na Bença passa a presidência ao Senhor Maurão de Carvalho.)

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado deputado Jean. E acrescentando o que o deputado Jean disse, Presidente Maurão, é sobre a questão do FESA. Só uma alternância que teve de um dispositivo de Lei que alternou de 2009, que era o 536, em 2010 foi mudado para o 579 trouxe, uma renúncia de receita para o IDARON de quase quatro milhões de reais, beneficiando os grandes, os laticínios, os frigoríficos, mas mantendo a mesma obrigação dos produtores. São ações como essa que nós temos que contribuir hoje com o IDARON, também, na parte de sua receita.

O Sr. Lazinho Da Fetagro – Permita-me um aparte, deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho Da Fetagro – Deputado Laerte parabéns pelas suas colocações, pelo seu discurso. É um tema muito relevante e importante para o Estado quando se trata da questão da sanidade animal, que é uma das maiores riquezas que nós temos. Me parece, até onde eu sei, a questão do horário corrido é um Decreto do Governo do Estado. Então nós

precisamos analisar isso, inclusive, com o próprio Volpi. E nós participamos da Comissão da Agricultura, e já ficou determinado que vamos estar chamando os órgãos do Estado, ligados ao setor da agricultura, para fazer as conversas que precisam ser feitas até para se inteirar. Agora é importante também saber que o Governo está em um novo mandato, e vemos a intenção do novo Secretariado em fazer um grande trabalho. Agora é preciso que esta Casa dê apoio a esses Secretários que nós estamos vendo que têm vontade de trabalhar, que têm coragem para poder fazer o que precisa ser feito, para que ele tenha também autonomia em fazer determinadas ações dentro da Secretaria. E precisamos, realmente, estar junto deles para que não tenha a interferência e possa prejudicar o trabalho. O Volpi, nós conhecemos, vocês conhecem, conheço-o há 30 anos e sei da capacidade dele, assim como em outras Secretarias também que temos visto que entraram Secretários novos e têm feito, tentado fazer um trabalho. E que precisamos apoiar para não estragar o Estado e não prejudicar. Nesta questão do horário corrido, assim como é o caso da própria EMATER, que também é ligada ao campo, nós precisamos sentar na Comissão da Agricultura, e junto com esses Órgãos e deles tirar o encaminhamento. Já vai ser convocado o Secretário de Agricultura, justamente, para fazermos esse debate. Obrigado Deputado. Parabéns pela sua convocação.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado deputado Lazinho. E parabeno também ao Partido de vossa excelência pela indicação, que fez muito bem, do ex Prefeito Volpi. E para concluir, Presidente, também nós temos que convocar, Deputado, o nosso Presidente da EMATER. Eu vi uma entrevista dele ontem, deputado Hermínio, que a EMATER deputado Lebrão está uma maravilha. Ontem ouvindo a entrevista na rádio, e é meu amigo o Luiz Gomes. A entrevista dele na EMATER... O setor produtivo de Rondônia está uma maravilha. Mas você conversa com os técnicos do campo, não tem café, não tem água, não tem nada. O produtor não recebe assistência técnica, nós temos que buscar o que é que está acontecendo com a EMATER e da mesma forma também o horário corrido da EMATER. Será que o produtor vai ter assistência técnica só até meio dia, uma hora? E a tarde o produtor vai descansar também. Será que é isso que nós precisamos e buscamos para o nosso Estado, onde a nossa maior aptidão é setor produtivo? Nós temos que cobrar e ver o que está acontecendo. Ou convidar ou convocar na Comissão de Agricultura para nós estarmos atentos a isso.

E finalizando, dizendo que amanhã tem! Deputado Ezequiel, que trouxe muito bem o tema dos municípios. Amanhã nós temos a Assembleia da AROM, a reunião da AROM, no Golden Plaza, na Jorge Teixeira, no hotel, está aqui o prefeito Gerson, das 9h da manhã até às 5h da tarde, onde vai ser discutido o pacto que foi feito da eleição pelo Governador do Estado junto aos municípios, junto aos Prefeitos, e nós estaremos lá acompanhando essa reunião, participando o dia inteiro, até para termos o conhecimento, e com certeza vai ser explanado a real situação em que se encontra os municípios de Rondônia. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Quero registrar a presença dos vereadores do Município de Mirante da Serra, é o vereador Hilton Emerick, o popular “Cagado” e também o nobre vereador Isaías Pedreiro.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada as Comunicações de Liderança, passemos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1ª Secretário) – Procede a leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- **PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA**, que institui a disciplina e a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas com transporte e correlatas no exercício da atividade parlamentar.

- **PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA**, que dispõe sobre a execução das disposições dos artigos 46 e 47 da Lei Complementar nº 731, de setembro de 2013.

- **REQUERIMENTO DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON**, que requer Voto de Pesar à família da folclorista Inezita Barroso.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID**, que requer a criação e a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o desaparecimento de crianças no âmbito dos hospitais públicos e conveniados do Estado de Rondônia.

- **PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CLEITON ROQUE**, declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos e Moradores da Amazônia Legal – SAM (AL).

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO**, que requer informações da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS/RO.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO**, que requer informações da Diretora Executiva do Banco do Povo – ACRECIP, no Município de Porto Velho.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR**, que requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Poder Executivo, relatório de todas as obras iniciadas e concluídas no Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ**, indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Departamento de Estradas de Rodagens – DER, a

necessidade de concluir 50 quilômetros de pavimentação asfáltica no 1º e 2º Distrito no município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ**, que indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade da conclusão dos 20% do restante da obra de canalização do Igarapé Pintado no 2º Distrito do município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ**, que indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia, a necessidade da duplicação da ponte sobre o rio Urupá, localizada na saída do Anel Viário no Município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ**, que indica ao excelentíssimo senhor Governador e ao Departamento de Estradas de Rodagens – DER do Estado de Rondônia, a necessidade de asfaltar 13,4 quilômetros do Anel Viário no município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON**, que indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, a necessidade de ceder duas pás-carregadeiras, pelo período de 60 dias, para o Município de Guajará-Mirim.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, que indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos Órgãos competentes, a ampliação da quadra poliesportiva coberta da EEFM Shirley Ceruti, no município de Vilhena/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, que indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos Órgãos competentes, a construção de uma quadra poliesportiva coberta no 3º Batalhão da Polícia Militar no município de Vilhena/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, que indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos Órgãos competentes, a reforma e ampliação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Marizete Mendes de Oliveira, localizada no município de Vilhena/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, que indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos Órgãos competentes, a ampliação da EEFM Shirley Ceruti com a construção de um bloco com 5 (cinco) salas no Município de Vilhena/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, que indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos Órgãos competentes, que seja colocado o nome do Professor Renomado Flávio Roberto Mineu na quadra poliesportiva coberta da Escola CEEJA, no município de Vilhena/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, que indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos Órgãos competentes, a construção de uma quadra poliesportiva coberta na EEF Floriano Peixoto, no município de Cerejeiras/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, que indica ao Sr. Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos Órgãos competentes, à concessão da reforma de 2 (dois) veículos da Secretaria de Estado do município de Cerejeiras/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, que indica ao Sr. Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos Órgãos competentes, a construção de 3 (três) salas de aula na Escola Colina Verde, no distrito de Guarajus, município de Corumbiara/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, que indica ao Sr. Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos Órgãos competentes a construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola CEEJA, no município de Cabixi/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA**, indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia que interceda junto à Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS, para proceder com a reforma e ampliação da Casa de Detenção, localizada no município de Pimenta Bueno/RO.

- **INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE**, que indica ao Poder Executivo, por meio do Diretor do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, a necessidade da construção da Ponte localizada na Linha 32, entre os municípios de Cacoal e Pimenta Bueno/RO.

- **PROJETO DE LEI DOS DEPUTADOS LAERTE GOMES E MAURÃO DE CARVALHO**, que dispõe sobre a proibição de retenção ou apreensão de veículos em decorrência de não comprovação de pagamento do IPVA.

- **INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE**, que indica ao Governo do Estado de Rondônia e ao Departamento de Estradas de Rodagens - DER, o rebaixamento de morro situado na Rodovia 383, Km 12, compreendidos entre as Linhas 12 e 13, no município de Cacoal/RO.

- **INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE**, que indica ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, a necessidade de recuperação de 14 Km da estrada Vicinal, Linha 07, Cinturão Verde, no município de Cacoal/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO**, que indica a IDARON a necessidade de um plantão diário para atender os produtores rurais.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR**, que indica ao Governo do Estado com cópia ao DER, a necessidade de ajudar na recuperação das estradas vicinais no município de Monte Negro/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR**, que indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da Operação Tapa Buraco no trecho da BR – 364 no município de Cacaupônia/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR**, que indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao DER, a necessidade da Operação Tapa Buraco no trecho da BR – 364 no município de Campo Novo de Rondônia/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR**, que indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da Operação Tapa Buraco no trecho da BR-364 no município de Monte Negro/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR**, que indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao DER, a necessidade da Operação Tapa Buraco no trecho da BR-364 no município de Alto Paraíso.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR**, que indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao DER, a necessidade da Operação Tapa Buraco no trecho da BR-364 no município de Governador Jorge Teixeira de Oliveira/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR**, que indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao DER, a necessidade da Operação Tapa Buraco no trecho da BR-364 no município de Rio Crespo/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR**, que indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao DER, a necessidade da Operação Tapa Buraco no trecho da BR-364 no município de Cujubim/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR**, que indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao DER, a duplicação da Ponte sobre o rio Jamari, BR-421 município de Ariquemes/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO**, que indica a necessidade de viabilização de contratação de empresa de vigilância e segurança nas escolas municipais do Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO**, que indica a Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, a instalação de uma unidade de atendimento do PROCON/RONDÔNIA, no município de Buritis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO**, que indica a necessidade do atendimento do ônibus que está sob a responsabilidade da Associação dos Deficientes Físicos de Guajará-Mirim – ASDEFIG, dos alunos matriculados na Associação Pestalozzi, no trajeto casa-escola-casa, no período da manhã, no município de Guajará-Mirim.

Lido as proposituras Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Neste momento está suspensa a Sessão por conveniência técnica.

(Suspende-se esta Sessão às 18 horas e 10 minutos e reabre-se às 18 horas e 44 minutos.)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Solicito ao nosso Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON, Voto de pesar à família da folclorista Inezita Barroso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento da Deputada Rosângela Donadon. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 147/14 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 200. Veto Total ao Projeto de Lei nº 801/13, de autoria da Deputada Ana da 8, que “Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar de conteúdo relacionado às Leis, normas e convenções trabalhistas, tratados internacionais, prevenção de riscos profissionais, segurança e saúde do trabalhador e meio ambiente no trabalho, por meio de eixos transversais e dá outras providências.

O SR. AÉLCIO DA TV - Questão de Ordem Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputados.

O SR. AÉLCIO DA TV - Esses vetos, nós vamos votar nominal ou simbólico?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Veto Total ao Projeto de Lei nº 801/13 de autoria da Deputada Ana da 8, que dispõe sobre a inclusão no currículo escolar de conteúdo... Veto nº 147/14. Comunicamos que o Veto já tem o parecer, portanto passemos à votação. Votação nominal, os Deputados favoráveis votarão sim e os contrários ao veto votarão não.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O parecer é para derrubar ou é para manter o veto, o parecer, Senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O parecer é pela rejeição do veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O parecer é pela derrubada do veto?

O SR. LEBRÃO – Uma Questão de Ordem. Para a manutenção do veto, voto SIM.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O parecer é pela rejeição do veto, mas os Deputados, cada um terá liberdade para votar, se quiserem manter o veto votarão SIM e para rejeitar o veto, votarão NÃO.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas se o parecer da Comissão de Constituição e Justiça... É para derrubar o veto ou para manter? É para manter ou para derrubar?

O SR. LEBRÃO – Manter o veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Para quê?

O SR. LEBRÃO – Essa Lei tem vício de inconstitucionalidade, ela é inconstitucional, então, tem que manter o veto.

O SR. LAERTE GOMES - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Tem como ler o parecer da Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Segundo o relatório, está para rejeição ao veto.

O SR. LEBRÃO – O parecer foi pela rejeição. Mas essa Lei é inconstitucional?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Lebrão, vossa excelência é advogado. Olha meu amigo, deputado Lebrão, vossa excelência é advogado? Pensei que vossa excelência era fazendeiro.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O que está em discussão na verdade é o veto. Já passou o momento da discussão do parecer. Então é o veto que está sendo apreciado. Quem for favorável, votará SIM e os contrários votarão NÃO.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça desse projeto. Foi para manter ou para derrubar o Veto?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O parecer foi favorável à derrubada do veto.

O SR. LAERTE GOMES – A derrubada do veto, o parecer da CCJ é para a derrubada do veto?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – É pela rejeição.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Então, se a Comissão de Constituição e Justiça pede para derrubar o veto, é porque o projeto é constitucional.

O SR. JESUINO BOABAID – É constitucional.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É constitucional pela Comissão de Justiça da Casa.

O SR. JESUINO BOABAID – Eu peço pela parte que dá forma que está sendo feita, então porque foi emitido o parecer, então na CCJ? Então, tem que fazer a leitura, foi dado nas comissões, leia pela manutenção? Pela rejeição, porque da forma que foi feita, não tivemos ciência.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É porque a nossa Comissão de Constituição e Justiça, analisou o projeto, eu nem vi o projeto, quem analisou foi a Comissão de Constituição e Justiça e disse que o projeto é constitucional. Nós vamos votar pelo governo?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Senhores Deputados, diante do exposto este relatório é de parecer pela rejeição ao veto, o presente ora analisado quanto a sua constitucionalidade e legalidade.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, a ementa do projeto, fazendo favor.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não tem emenda, veto não tem emenda. Presidente Edson, é o seguinte Presidente Edson, o que eu quero dizer para os Deputados, independente de bancada ou não de governo, que esse projeto primeiro é um projeto que não significa nada, isso não dá nenhum tipo de mal para o Estado, se a Comissão de Constituição e Justiça entendeu que é legal o projeto, que o projeto é constitucional, é um projeto que também não traz custo para o Estado. Eu acho que se nós votarmos aqui cegamente um parecer que a Comissão de Constituição e Justiça diz que é votar contra a Comissão de Justiça, isso é incoerência nossa, dos Deputados. Por isso, vamos votar, vamos rejeitar o veto. Até porque o veto, isso é do pessoal do Confúcio, o Confúcio nem sabe disso, nem sabe do veto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu vou ler a Ementa que o Deputado Jean pediu.

O SR. JESUINO BOABAI D – É Votar SIM ou NÃO então.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Veto Total nº 147/14 Poder Executivo – Mensagem 200. Veto Total ao Projeto de Lei nº 801/13, de autoria da Deputada Ana da 8 que “Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar de conteúdo relacionado às Leis, normas e convenções trabalhistas, tratados internacionais, prevenção de riscos profissionais, segurança e saúde do trabalhador e meio ambiente do trabalho, por meio de eixos transversais e dá outras providências”. O Deputado Jesuíno Boabaid foi o relator pela rejeição do Veto.

O Executivo entendeu que o projeto é inconstitucional, vetaram e encaminharam à Casa e a Comissão de Constituição e Justiça entendeu que é constitucional. Por isso cada Deputado fique a vontade para proferir o seu voto.

O SR. LAERTE GOMES - E Comissão de Constituição de Constituição e Justiça entendeu que é constitucional.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Só para deixar claro, o sim é o quê?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O sim é para manter o veto, o não é pela rejeição do veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Então só quem está votando contra o Governo é o líder dele, o deputado Lebrão, só o deputado Lebrão que está votando contra? Pois eu vou acompanhar o voto do meu líder, deputado Lebrão.

O SR. ADELINO FOLLADOR – A Comissão é simplesmente uma orientação pela legalidade, mas o nosso em plenário é independente, qualquer um pode votar a favor ou contra.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem concedida.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Um esclarecimento, por favor.

O SR. LEBRÃO – O voto sim acompanha o voto do Relator.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Ah, sim.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Sim, é pela manutenção do veto e não é pela derrubada do veto.

O SR. SAULO MOREIRA – Presidente uma Questão de Ordem, dá uma organizada, senhor Presidente.

O SR. LAZINHO FETAGRO – Senhor Presidente, eu não sou professor, não sou nada nesse caso aqui. Mas veja bem os temas tratados nesse Projeto de Lei, são temas específicos e não podem ser tratados na grade curricular como um todo. O Projeto, ele pode ter sido tratado como constitucional pela Comissão, mas o que trata aqui são pautas ou currículos específicos dentro da matéria e vossa excelência, não pode, por exemplo, levar um Projeto de Lei desse para depois não ser cumprido. Por exemplo, na primeira etapa da escola, aqui não fala em que etapa da escola nós estaremos estudando e discutindo e aprendendo sobre esses temas. Então ele é um projeto. A intenção foi boa do projeto. Porém, ele não normatiza e nunca vai ser aplicado da forma como está aqui. Por isso eu concordo com o veto por quê? Você não vai estudar Meio Ambiente na pré-escola, e aqui não fala. O projeto de Lei não fala sobre isso. Obrigado senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Com licença, já é o 2º projeto a ser discutido ou o 1º ainda?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Primeiro.

O SR. JESUINO BOABAI D – Mas isso já foi até discutido Deputado, sobre a questão, o STF já se manifestou. O quê está debatendo aqui é constitucionalidade. A questão é que o Governador encaminhou dizendo que é inconstitucional. A Comissão analisou a constitucionalidade. Inclusive foi analisado de uma forma técnica. Tem projetos aqui que pedimos pela manutenção do veto. Está mantendo a questão do veto, mantém o veto. Agora tem questão que é rejeição por que esta Casa também tem que ter liberdade e não trata de orçamento, trata de questões constitucionais. Então se for para votar tudo sim, sim, sim. Então para que tem Comissão de Constituição e Justiça. Teosm que discutir a coisa como bem falou vossa excelência, deputado Hermínio, não está causando erário, não está ocasionando nenhum tipo de dano. Em matéria hoje, por exemplo, que é matéria de interesse, que é questão de

aprovação de orçamento vamos discutir, vai aprovar e essa questão que não tem nenhum prejuízo vai votar não. Então temos que ter responsabilidade, mesmo que não seja aplicado, mas está dando a questão da constitucionalidade. Eu vou votar não por que tem que ter princípio. Eu voto não.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem Presidente. A Ana da 8 até fora daqui causa problema na Casa.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O que aprecia deputado Hermínio?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas o projeto é da Ana.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quem for favorável à manutenção do veto vota sim, os contrários não.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O veto já está mantido.

(Às 18 horas e 56 minutos o senhor Edson Martins passa a presidência ao senhor Maurão de Carvalho.)

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 15 votos sim, 4 votos não, 5 ausentes. Está mantido o veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Veto foi mantido com 15 votos favoráveis e 4 contrários.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 148/14 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 201. Veto Total ao Projeto de Lei nº 1369/14, de autoria do Deputado Hermínio Coelho

que altera o Anexo único da Lei nº 2.186, de 25 de novembro de 2009, alterado pela Lei nº 2.948, de 26 de dezembro de 2012.

O SR. AÉLCIO DA TV – Questão de Ordem, senhor Presidente. Esse 2º veto que vamos votar, eu queria que o senhor explicasse o que é. Eu acho que é referente às autoescolas, despachante.

O SR. ADELINO FOLLADOR – O deputado Hermínio que é o autor poderia explicar o quê que está mudando esse artigo.

O SR. AÉLCIO DA TV – Outra coisa que é importante, nós estamos votando. Quando votamos o veto, sim ou não a ele, é uma questão política, não é uma questão se ela é constitucional ou não. Eu não preciso entender nada de constitucionalidade para votar um veto. Se eu acho que ele é importante, eu politicamente voto para derrubar. Agora a questão de constitucionalidade é na Comissão de Constituição e Justiça, no plenário não tem nada a ver.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu também concordo Deputado, inclusive eu votei contra, porque não tem como aplicar o que o Deputado citou aqui, o Deputado Lazinho, é uma coisa que não vai funcionar, porque não tem como aplicar isso nas escolas.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só para concluir. Mas essa matéria foi votada aqui no Plenário da Assembleia, ela foi aprovada. O que está sendo votado aqui é o veto ou não. É a legalidade ou não, não é o conteúdo da matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV – Nós estamos votando o veto.

O SR. LAERTE GOMES – Hoje o veto. Ela já foi aprovada lá atrás, aqui neste Plenário. Nós estamos votando a constitucionalidade dela ou não.

O SR. AÉLCIO DA TV – Nós estamos votando o veto, se derruba ou não, a questão da constitucionalidade depois entra com ADIN.

O SR. LAERTE GOMES – O conteúdo da matéria deputado Lebrão, já foi votado lá atrás.

O SR. JESUINO BOABAID – Já foi discutido na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu penso que aqui a decisão dos Parlamentares é pela utilização da lei ou não. Não pela questão da legalidade, aqui aplica a lei, torna-se lei ou não. É isso que nós temos que definir aqui, a questão da legalidade é discutida em Comissão. Aqui a gente define a questão da importância da lei, se ela é importante para sociedade ou não. Se eu acho que não é, então não. Se eu acho que é, então sim.

O SR. JESUINO BOABAID – Mas isso já foi discutido deputado Jean, como bem disse o deputado Laerte. Na Casa já foi aprovada. Agora o que está discutindo é o veto ou não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado agora ou derruba-se o veto ou não. O Governador não sancionou, vetou. Agora eu penso o seguinte que a questão da constitucionalidade foi um artigo que o Governador utilizou para vetar. Nós não estamos discutindo se é constitucional ou não. Nós estamos discutindo se nós queremos a lei ou não. Se não queremos mantenha-se o veto; se queremos, derrubamos o veto.

O SR. LAERTE GOMES – A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer dizendo que era constitucional.

O MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A discussão é essa. Ainda com a palavra o deputado Hermínio para discutir o veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Esse Projeto é fruto de reivindicação da categoria dos despachantes e que na época fui o autor do Projeto, mas os despachantes fizeram um trabalho junto a todos os Deputados e pediram o apoio. Com relação à injustiça que tem no DETRAN onde cobra a pena do despachante uma taxa de devolução. Qualquer pendência de documento podia ser o que fosse, eles cobravam essa taxa, parece que R\$60,00, R\$80,00, do despachante. E os despachantes trouxeram essa proposta para nós e nós fizemos um Projeto de Lei e derrubamos essa, que trate todo mundo igual. Porque é a questão do princípio da impessoalidade. Porque o DETRAN, inclusive, o nosso ex-diretor do DETRAN está aqui, o deputado Airton, porque acontecem muitas coisas no DETRAN, que é preciso sabermos bem. Há uma situação das placas também que é outro problema do monopólio e isso aqui também. É lógico que a tendência é, eles dizerem, porque se o projeto da Ana é inconstitucional esse meu aqui é um estupro a Constituição. Porque aqui nós não podemos nem criar imposto, mas tudo dentro da razoabilidade. Nós Deputados sim podemos. Nós podemos cassar contrato, nós podemos cassar e tornar nula as leis que abusam contra o povo. Por isso aqui vou falar até uma palavra que não é nem mais palavrão no Brasil, no Brasil hoje é até uma palavra bonita sacanagem. É sacanagem contra os despachantes e todos vocês aqui tem ligação, tem amigos despachantes nos seus municípios e é um pedido deles, inclusive, a deputada Glaucione, ela saiu, parece que ela teve um probleminha, mas ela pediu a cada um dos Deputados a derrubada do veto. Deixe que depois eles entrem com uma ADIN contra a Lei, que eles sempre fazem isso mesmo. E o nosso DETRAN, inclusive, eu pedi para o nosso deputado Maurão, estou pedindo para o nosso deputado Airton para que nós resolvamos essas coisas sem precisar de confusão, deputado Airton, essa questão das placas, essa questão das perícias, a questão dos peritos vamos chamar todo mundo e deixar todo mundo trabalhar por que a informação que a gente tem é de cartel, onde está se fazendo esquemas para beneficiar uma meia dúzia e prejudicar a maioria. E o que a gente quer, deputado Maurão, eu peço a vossa excelência, ao deputado Airton Gurgacz que de qualquer maneira ele pode nos ajudar muito nessa questão, deputado Airton o que a gente quer é isso, vamos chamar todos os segmentos dessas áreas e vamos resolver isso independente, não precisa de desgaste. O que a gente quer é o bem, eu quero o bem de todos, de todas as pessoas que fazem placas, todas as pessoas que fazem perícia,

que todos tenham direito de prestar serviço para o DETRAN. Eu não quero vê é esquema para beneficiar aquele cara que a gente sabe que ele é manjado, como é o nome do elemento? Abel. Eu tenho tanto inimigo, que arrumar mais um, mais outro, não vai fazer diferença nenhuma. E eu não tenho inimigo por dever, por deixar de pagar alguma dívida minha ou por que cantei alguma mulher de outro homem, os inimigos que eu tenho, tudo por causa disso aqui, tribuna, denunciar a pilantragem. E esse Abel, eu já falei nós estamos querendo resolver numa boa. Eu avisei para o Roberto Sobrinho na época dos esquemas das horas/máquinas, eu estou querendo resolver numa boa não tenho prazer de ferrar a vida de ninguém, mas se não fizeram eu sou obrigado a cumprir o meu papel e denunciar. Eu tenho provas concretas dos esquemas que foram feitos para se criar aquele esquema das placas, aquele esquema do Abel no Estado. Mas eu não quero levar mais uma coisa para o Ministério Público para depois na hora que tiver picareta preso e condenado a devolver dinheiro, deputado Lebrão, ai vem aqui chorar dizer que eu desgracei a vida dele. Que nem já aconteceu com um bocado aqui. Eu já falei para o Abel: “Abel, tu achas?”. Ninguém está acima do mal? É Raupp, Renan e companhia que se acha acima do bem e do mal estão lá lascados, lá com a questão da PETROBRÁS. Imagina um babaca que nem o Abel? É como eu falei: nós não somos nada, ninguém está livre de nada e nem acima, mesmo nós tentando fazer a coisa certa, nós ainda temos problema, imagine a gente já esquematizando e fazendo a coisa errada? Já premeditando a coisa errada? E é isso que eu não quero. Eu quero que todo mundo tenha acesso, tanto os nossos fabricantes de placa, todos do Estado! Tantos os do Abel como os dos outros. Tenha acesso ao DETRAN e que todos sejam tratados de forma igual, é isso que eu quero.

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado Hermínio um aparte?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não Deputado Airton.

O Sr. Airton Gurgacz – O senhor sabe que eu nunca fui denunciado em 4 anos que nós passamos no Governo lá dentro do DETRAN, essa questão, eu não tenho lembrança dessa cobrança ai em duplicidade, ou qualquer coisa dos despachantes, sei sim, que por exemplo, a classe dos despachantes tem um Sindicato e o despachante só pode se credenciar ao DETRAN se pagar uma taxa ao Sindicato, isso eles conseguiram uma liminar na Justiça, é briga interna deles. Isso eu sei que aconteceu. Então há uma grande divisão entre a questão. Essa outra, eu peço perdão para o senhor, para vossa excelência por que eu não tenho lembrança. A questão das placas, nós fizemos uma Lei mandamos para esta Casa, aprovaram, tinha 49 fábricas de placas no Estado, foi aprovado para fazer 89 e houve aqui, a Assembleia derrubou por que eu não sei. Então esta meio que liberado agora. Agora a questão nossa, conosco desta Casa podemos fazer levantamento no Estado todo e determinar, por exemplo, ao DETRAN fazer uma Lei ou uma sugestão ao Governador que autorize a cada município tantas placas, pode ser numa quantidade de veículos numa condição de, eu não sei, teria que achar, ajustar aqui na Casa e mandar, ou o próprio DETRAN, a gente conversar com o próprio DETRAN, com o Dr.

Albuquerque que está nos substituindo, Antônio Manuel que estão lá e conversar com o pessoal, discutir com os donos de fábrica de placa para que se resolva isso, é uma questão de preço, de concorrência pública, se tiver mais de cem fábricas de placas isso é bom por que tem concorrência, ela baixa o preço. Eu também acho que é cara a questão da placa no nosso Estado. Nós até liberamos assim, por exemplo, aqui na nossa Capital hoje as vendedoras de veículos fazem o primeiro emplacamento já dentro das concessionárias para não irem ao DETRAN, por que o DETRAN tem um grande movimento aqui na nossa Capital onde nós temos hoje aproximadamente duzentos e vinte mil veículos. Então é muito movimento lá dentro. Então no primeiro emplacamento, quem faz hoje na verdade já são as próprias concessionárias, então isso facilitou e muito. No interior ainda não fizemos, até estamos trocando uma ideia para liberar Ariquemes, Ji-Paraná, ir junto ao DETRAN para que se faça essa concessão que diminui essa questão das pessoas irem. Então eu acho que isso é muito normal, a gente pode fazer uma reunião, aqui o deputado, o próprio Presidente escalar aí uma comissão ou chamar alguém do DETRAN, a gente sentar e conversar sem problema nenhuma, sou a favor que tenha muitas e muitas placas. Por exemplo, ninguém vai querer fábrica de placa em Pimenteiras que tem trezentos e oitenta e três veículos, vai dá prejuízo, que o cara troca às vezes uma placa a cada dois, três anos se for cuidadoso com seu veículo ele não vai trocar placa todo ano, por que agora placa ela nasce com o veículo e morre com o veículo para sucateamento. Então isso é fácil, acho que é tranquilo da gente vê essa questão, eu não tenho proteção, não tenho nenhuma fábrica de placa, não tenho interesse e a gente lá na empresa tem mais de mil ônibus emplacados aqui no nosso Estado, e a gente manda fazer placa aqui quando precisa também da mais barata que nos atender, entendeu? Muito obrigado pelo aparte.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Obrigado deputado Airton.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Hermínio, um aparte.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Neste instante eu já lhe dou, até por que aqui não sei se cabe aparte.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não cabe aparte Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – A questão, deputado Airton é o seguinte, nós anulamos, nós revogamos sim a lei das placas, do monopólio das placas, mas não valeu nada. Por que o DETRAN faz lá o tal dos atos lá, como é que chama decreto, é portaria, enfim, ele baixa lá os negócios tudo lá e continua tratando as pessoas do mesmo jeito. E esse Abel aonde ele anda, ele diz que ele é o gostosão, que ele que manda, ele que é o cara. Por isso que é interessante, Deputado Airton, chamar a direção do DETRAN aqui junto conosco, com os Deputados que queiram participar, eu já mandei o Deputado Maurão fazer isso por que se não eu vou fazer, eu vou pedir a CPI das placas, de tudo do DETRAN. Vou pedir para eu provar que esse contrato deste Abel é de picareta, é contrato de picareta, eu falo. Eu não sou advogado não, eu mal sei ler e escrever, mas eu falo

com certeza absoluta que é coisa de picareta, de criminoso. E eu não quero levar isso para o Ministério Público não, eu queria que nós resolvêssemos isso aqui, que o DETRAN resolvesse aqui, que tratasse todo mundo igual e fizesse a coisa direito. Mas se não fizer, eu vou pedir a CPI, vou pegar, eu já tenho tudo na minha mão, coisas absurdas, nojentas. Que eu nem queria tornar público isso, se você estiver disposto a resolver, Deputado Maurão numa boa. Deputado Maurão eu quero saber qual é o prejuízo que o DETRAN tem atendendo as pessoas antigas que sempre atenderam o DETRAN. Qual o prejuízo que o DETRAN? Nenhum. Mas capricho de beneficiar sim, deputado Airton, até por que ele que fala, ele fala que é o bom da boca, esse Abel é o bom da boca. E nós já temos, deputado Airton, depois eu posso mostrar para Vossa Excelência documentação de como foi feito, de como tramitou, muito parecido com a licitação do contrato do Espaço Alternativo. Com seis meses antes, Deputado Lebrão, seis meses antes de criar a Lei já tinha um contrato feito já baseado na Lei que foi criada seis meses na frente. A Lei faltava seis meses para ser criada, já tinha, as empresas já estavam sendo criadas tudo baseado nessa Lei em janeiro, os caras criaram uma empresa em janeiro e a lei foi aprovada em junho, seis meses depois e ele já sabia que tinha essa lei, que essa lei ia ser feita em junho, fizeram já tudo, criaram as empresas, Deputado Saulo, criaram as empresas em janeiro tudo baseado numa lei que foi criada seis meses depois. Esse é um negócio que...

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado Hermínio, por favor, mais um aparte?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não.

O Sr. Airton Gurgacz – Eu acho que é fácil nós, Presidente Maurão e colegas Deputados, solicitar quem lá no DETRAN, porque hoje cassou a lei aqui, foi derrubada acho que em dezembro, está se dando autorização, o cara entra com pedido e está autorizando, agora está assim, então eu acho que é simples, nós pedirmos a relação dessas empresas que tem fábrica de placas, é tão simples, não deve ter mais que cinquenta ou sessenta e passar para cá e esta Casa analisar e ver quem são os proprietários, ir na Junta Comercial e ver, porque o Abel tem...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Porque quando nós anulamos...

O Sr. Airton Gurgacz – Porque o Abel tem uma, ele é antigo, está há mais de trinta e poucos anos aqui no nosso Estado, ele deve ter um número bom de placas, mas tem outras pessoas também que tem, eu não acredito que seja 100% dele, então eu acho que é fácil a gente resolver essa questão aí, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Airton, quando foi em dezembro passado eu reuni toda direção do DETRAN aqui com os deputados e os segmentos das placas, dos empresários, dos fornecedores do serviço e ficou tudo acertado numa boa, que nós revogaríamos a lei, tudo numa boa, eu sempre tratei bem todo mundo do DETRAN aqui, todo mundo sempre tratei e não quero fazer confusão, não. Eu quero, e eu pedi isso para a diretora, para os engenheiros, para os advogados do DETRAN,

eu não sei se era o senhor ou quem era que estava representando o DETRAN, e eu falei e ficou tudo combinado, revoga a lei que nós vamos abrir tudo como era antes e não mudou.

O Sr. Airton Gurgacz - Deputado, o DETRAN, só para vossa excelência saber, não tem receita nenhuma com essa questão de placa, isso tentou se legalizar aqui passando de 49 fábricas para 89, o camarada tem o credenciamento normal, hoje não tem, hoje está sendo lá feito pelo DETRAN, isso que nós devemos legalizar. E eu acho também que nós deveríamos fazer essa, chamar o DETRAN e passar a relação, isso é fácil saber quem são os donos das placas, quem mais tem, aonde tem, como tem, eu acho que qualquer pessoa pode abrir uma fábrica de placa, mas precisa fazer esse trabalho, eu acho que é tranquilo. Não tem receita para o Governo do Estado e nem para o DETRAN, isso eu lhe garanto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Sim, mas isso é que é o problema, o DETRAN obriga, o povo cai na mão do Abel e paga lá cento e oitenta por uma placa, o problema é esse. A gente sabe que o Estado não compra placa e nem vende, não; quem compra placa é o povo, mas aí o DETRAN obriga, o povo tem que comprar, fazer com eles e no preço que eles querem, essa que é a questão, é o monopólio que foi criado, não tem como correr para outro lugar, Maurão, é essa a questão, é por isso que eu digo, porque qual o problema com o DETRAN? O interesse do DETRAN tinha que ser pelo consumidor, tivesse mais concorrência para que a placa fosse oitenta, fosse noventa, não cento e oitenta. Essa que é a questão.

O Sr. Adelino Follador – Deputado Hermínio, o pessoal da audiência pública aqui citou que o custo de uma placa seria em torno de oito reais e eles estão cobrando duzentos e cinquenta a trezentos reais, é isso, e hoje, pelo que ficou entendido naquele dia que o monopólio ficou só com o Abel, aí ele é Presidente do sindicato que todo mundo é contra ele, ele é presidente do sindicato de todos os representantes de placas do Estado de Rondônia e todo mundo foi contra ele aqui, e ele falou ali no corredor para o pessoal: “vocês não sabem, mas isso aqui, quem movimenta essa Assembleia é dinheiro”. Ele falou assim. “Então eu dei dinheiro para esses Deputados”. Então ele desrespeitou todos os deputados aqui, ele falou “quem movimenta essa Assembleia é dinheiro”. Então eu falei aqui na tribuna aquela vez que vamos ver quem é que pegou dinheiro dele, porque quem pegou dinheiro dele vai votar a favor e quem não pegou vai votar contrário para dar protesto a uma pessoa que foi desrespeitosa com esta Casa, desrespeitando todos os 24 Deputados. Mas o problema é esse monopólio, hoje o contribuinte está pagando duzentos e trinta, duzentos e cinquenta, até trezentos reais, trezentos e cinquenta reais numa placa, onde os despachantes falaram que o custo real é de sete, oito reais, então isso que nós estamos questionando e eu acho que nós temos que sentar e colocar mais concorrentes. Inclusive, esses fornecedores dessas placas investiram muito dinheiro e agora estão lá com as máquinas e vão ficar ociosas e só o Abel que está autorizado, é isso? Pelo menos é isso que...

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado Adelino, eu acho bacana, vamos fazer uma lei aqui entre nós Deputados e determinar, eu acho que nós podemos legalizar, nós somos a Casa de Leis e vamos legalizar essa questão de placas no Estado, isso é uma tranquilidade, acho, para nós fazermos essa questão. Eu não defendo A e B, eu não tenho, não quero ter fábrica de placas, até pelo volume de veículos que nós temos emplacados neste Estado, nós até poderíamos ter uma fábrica de placas, mas não é de nosso feitio fazer placas, nosso negócio é transportar passageiro, então eu acho bacana, é só a gente buscar essa informação, e aqui nós determinar vai ter cinco na Capital por número de veículos ou como queiram os deputados, a gente pode fazer uma grande discussão e fazer aí a quantidade de placas e fábricas autorizadas nos municípios, pode partir uma lei aqui, eu acompanho, ajudo.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria, só para encerrar, deputado Maurão, agradecer, e eu queria deputado Maurão que vossa excelência chamasse o segmento de placas, despachantes numa reunião e chamasse a diretoria do DETRAN e chamar os Deputados que queiram participar para poder tirar a limpo isso, porque do jeito que está, eu vou esperar mais uma semana e vou pedir, se não for feito o entendimento, que dá para nós fazermos um entendimento tranquilo, se não der aí nós vamos tomar as medidas e denunciar que sim, que o que tem lá, eu sei, eu não estou em momento algum aqui avisando e dizendo que o Airton ou alguém lá da direção do DETRAN, porque é muito fácil ser enganado por picareta, é muito fácil, de repente, mas eu estou avisando, deputado Airton, é um problema que você não tem lucro nenhum com isso e depois vão ter problema, vão responder porque você estava responsável lá cuidando da direção do DETRAN, por isso que é importante, deputado Airton, o que estamos querendo aqui é exatamente isso, é corrigir distorções enquanto os problemas não aumentam, porque eu não quero problema para ninguém, não quero. Eu quero que resolva o problema e que o povo seja atendido com igualdade lá no DETRAN. Por isso, deputado Maurão, obrigado. E peço a todos vocês para derrubar o veto porque essa cobrança é realmente injusta, ela é uma cobrança covarde contra os nossos despachantes, e se eles quiserem entrar com ADIN que entre, mas aqui a pedido da deputada Glaucione, eu que sou o autor e de todos os despachantes, eu sei que todos vocês aqui tem ligação e tem aproximação com despachantes nos municípios deste Estado, peço para votar NÃO e derrubar o veto do Executivo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação. A votação é nominal. Os Deputados favoráveis ao veto votam SIM, os contrários votam NÃO. Está aberta a votação.

O SR. EDSON MARTINS – Senhor Presidente, esse é já o que normatiza sobre as placas esse veto que vão votar agora? É o que está em discussão?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não, o que está em discussão é o projeto dos despachantes, é o veto, dos despachantes, é o que está em discussão, é da taxa.

O SR. EDSON MARTINS – É da taxa e não das placas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não das placas, são as taxas.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, Questão de Ordem. Eu só gostaria de registrar a presença do Prefeito Nilson Japonês, do município de Vale do Anari, que está aqui presente, muito obrigado Prefeito Nilson; também o Valdemar, Chefe de Gabinete do Executivo, do Governador; também a Dona Solange Gurgacz, ex-diretora do DETRAN, esposa do nosso deputado Airtton Gurgacz, obrigado pela presença de vocês.

O SR. LEO MORAES – Senhor Presidente, fazer o devido registro, pela ordem, a presença do Dr. Vinícius Miguel, representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB e um grande especialista nessa abordagem, com certeza iremos requerer e convidá-lo a participar e acompanhar a nossa comissão que vai ter grande serventia para este Poder. Obrigado, Presidente.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airtton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho Da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Leo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Maurão de Carvalho	- abst.reg.
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- não

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com 19 votos contrários, nenhum sim e 1 abstenção regimental, está rejeitado o veto.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 149/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 204. Veto Total ao Projeto de Lei nº 1371, de autoria da Deputada Epifânia Barbosa que “Dispõe sobre a criação do calendário cultural do Estado de Rondônia – assegurando a valorização, de defesa, o incentivo e o apoio aos projetos e programas da esfera cultural”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Projeto que acaba de ser lido. Veto nº 149/14.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – A leitura do Parecer que foi dado. Quem foi que leu esse Parecer?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Parecer já foi dito na Comissão, Deputado, e aprovado na Comissão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Rejeição, no caso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pela Rejeição.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu não entendo, tem hora que eu não entendo alguma coisa. Você vetar um Projeto desse aqui. Um Projeto que incentiva a cultura que abre o espaço cultural do Estado, que promove essa cultura. O Estado de Rondônia é tão carente de cultura. E agora a gente vê um Veto desse. Não vai custar nada para o Estado, muito pelo contrário, vai incentivar. Então, a Comissão pede a rejeição do Veto, e eu também peço para que os nobres Deputados incentivem e faça aqui a Comissão de Esporte e Cultura, possa fazer a derrubada desse Veto aqui. Nesse caso, desse Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação o Veto. Os Deputados favoráveis votam SIM, os contrários votam NÃO. O painel já está aberto. SIM pela manutenção, contrário NÃO. Veto Total nº 149.

O SR. LÉO MORAES – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, deputado.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, quando concluir a votação, existe a possibilidade regimental de ser explicado pelo Relator da referida Comissão temática a respeito do projeto para todos os demais Parlamentares em plenário? Existe?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já passou é lá na Comissão.

O SR. LÉO MORAES – Não, não. Tudo bem, uma coisa é a Comissão de Constituição e Justiça, a outra é o Relator vir apresentar a motivação que o levou pra manter ou para derrubar o Veto. Existe dispositivo legal no nosso Regimento?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não tem essa possibilidade.

O SR. LÉO MORAES – Então é mais uma questão que nós podemos evoluir e avançar aqui na nossa Assembleia Legislativa, que é muito interessante.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não pode ser discutido, então, mais, esse Projeto?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Só discutir o Veto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sim, então pode ser discutido.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, o que o Deputado Léo está querendo colocar é o relator da CCJ, vir aqui e defender o seu voto. Ou Veto ou não.

O SR. LÉO MORAES – Para explicar aos Parlamentares.

O SR. LAERTE GOMES – Isso para explicar aos Parlamentares.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Aí pode.

O SR. LÉO MORAES – Poderia ficar convencionada esta questão. Não é bacana?

O SR. ADELINO FOLLADOR – É que os Projetos passam em várias Comissões. Se cada Relator tiver que vir aqui se explicar...

O SR. LÉO MORAES – Veja bem, Deputado Adelino é com relação à constitucionalidade, redação legislativa e também a juridicidade do caso. Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Foi pela rejeição do Veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Continua.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pela rejeição do Veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O painel ainda está aberto para a votação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A Comissão é pela rejeição do Veto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então vota NÃO.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A Comissão é pela rejeição do Veto, ou seja, ela é contra o Veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É contra O Veto. Vota NÃO.

O SR. EDSON MARTINS – Deputado Marcelino, como o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Marcelino, o Parecer aí é pela manutenção, ou rejeição do Veto?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – O Parecer é da Deputada Lúcia Tereza, pela manutenção do Veto.

O SR. EDSON MARTINS – Pela manutenção.

O SR. LAERTE GOMES – Pela rejeição do Veto. Está na Ordem do Dia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Está na Ordem do Dia pela rejeição do Veto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – A relatora é a Deputada Lúcia Tereza.

O SR. EDSON MARTINS – Essa questão do Parecer às vezes é muito político. Às vezes vem de repente o Executivo analisa e acha que o Projeto é inconstitucional e faz o Veto. E aí, a Comissão entendendo que o Projeto é um projeto importante e aí faz o Parecer pela derrubada do Veto, pela importância. Então eu acho que isso aí, cada Deputado eu acho que tem que ficar muito à vontade na questão de votar, porque eu acho que se é um projeto importante vota NÃO, derrubando. Mas também aqueles que acham, e acreditam que o Projeto é inconstitucional, de repente foi discutido o Projeto, pode votar SIM pela manutenção do Veto. Com certeza quando o Veto é preparado, eles devem ter feito uma alegação e possivelmente não foi discutido isso aí, mas deve ser pela ilegalidade que foi vetado o Projeto.

O SR. AÉLCIO DA TV – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Aécio.

O SR. AÉLCIO DA TV – Esse Veto vai ser mantido pelo que já está no placar por falta de conhecimento. Não tem nada de inconstitucionalidade, é um Projeto que só valoriza a cultura. Veja bem, olha a redação: 'dispõe sobre a criação do calendário cultural do Estado de Rondônia, assegurando a valorização, a defesa, o incentivo e o apoio aos projetos e programas da esfera cultural'. A gente vai derrubar, a gente vai vetar esse Projeto só por falta de conhecimento. Está lá, já vi um monte aqui que votou sem entender, já está com oito NÃO.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Nós temos o voto dentro da Comissão que é o voto técnico e aqui nós temos o voto político que cada um escolhe. Eu vou dizer por que este Projeto ele é inconstitucional. Está aqui: “Veto Total ao Projeto de Lei nº 371/14 da Deputada Epifânia Barbosa, que dispõe sobre a criação”..., aqui tem um erro, deveria ser: “sobre a autorização da criação do calendário cultural”, apenas essa palavra, Deputado.

O SR. AÉLCIO DA TV – Calendário, não tem custo.

O SR. LEBRÃO – Não. Mas aí é o seguinte: autorizativo. Você autoriza o Governador a implantar o Projeto, ele implanta se quer ou não, senão, ele se torna inconstitucional porque ele gera, ele onera os cofres dentro da implantação.

O SR. AÉLCIO DA TV – Mas, a própria Comissão de Constituição e Justiça está dizendo que ele é constitucional.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Ele é Constitucional. A Comissão está dizendo que ele é constitucional.

O SR. LEBRÃO – Mas o Governo diz que ele é inconstitucional.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – É, mas nem tudo que vem do Governo.

O SR. LEBRÃO – Se você procurar ele é inconstitucional.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O que está sendo discutido aí, é a inconstitucionalidade, então está causando, sim uma questão aqui, que como bem disse vossa excelência, que o deputado Laerte aqui que se nós não conseguirmos entender, realmente, o que está sendo debatido, não é inconstitucional, não está criando cargo, não está criando nada. Só está instituindo uma data. Qual é a inconstitucionalidade? Se alguém aqui, Procurador, qualquer uma pessoa vier trazer essa informação para mim, que aquilo realmente convença. E como está bem discutido, aqui, é uma questão que não tem nenhum prejuízo. Se o Governo tivesse interesse que ele encaminhasse, então, um Ato. Então a gente está tendo que votar pelo Não. Tem que votar NÃO, para pegarmos e demonstrar que esta Casa também é independente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Qual que é a inconstitucionalidade em se propor a criação? Está um calendário que não existe um calendário. A Assembleia muito valorosamente, na gestão passada, aprovou que o Governo está livre para criar no Estado um calendário que não tem. Um calendário de cultura, um calendário que não existe. Então não tem nada de inconstitucional. Não vai prejudicar em nada o Governo, não vai. Eu não entendi o Veto, eu não entendi o Veto. Porque é uma coisa tão óbvia que é absurdo. Então é por isso que a gente tem que votar NÃO para derrubar o Veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lazinho, o Deputado que não entendeu se quiser votar, quiser rever o voto, ratificar o voto, ele pode ratificar o voto. Deputado Jesuíno, deputado Aécio, eu estava dizendo que às vezes o deputado não entendeu. Agora ele passou a entender ele pode ratificar o voto, ele pode antes de proclamar o resultado pode ser ratificado o voto.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputada Lucia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Já existe. A Deputada da época, a deputada Professora Epifânia, ela sem ser inconstitucional, sem mexer no financeiro, ela só está assegurando, porque o termo criação, a instalação, é a mesma coisa. Já existem programas culturais, já existem apoios a Projetos culturais, incentivo a defesa, a cultura, está assegurando a valorização, nobre colega, somente para ter o calendário fixado tal dia, tal hora, só isso, não vai mexer e outra coisa eu estou pedindo a rejeição ao Veto porque não tem um porquê. Nem inconstitucionalidade nem politicamente só traz nomenclatura, é redação, é questão de cultura.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, só para colaborar, que não ouvi nenhuma explicação melhor do que a deputada Lúcia Tereza acaba de fazer aqui. Já existem no Orçamento do Estado várias ações que visam à proteção cultural, o investimento da cultura, o reconhecimento dos cantores, dos atores, de quem promove a cultura do nosso Estado, já existe no orçamento. A única coisa que nós estamos fazendo, já tem o teatro aqui do nosso Estado que foi depois de muito tempo finalizada a obra. Mas, o que eu vejo aqui é nada mais, nada menos deputado Lebrão, que passar para um papel e deixar público a qualquer um que queira ter acesso quando ocorrer as atividades culturais, os municípios que são os municípios tem o calendário de eventos que ocorrerá festa da cidade, festa do peão, festa do maracujá, festa da uva, do milho, da pamonha, da pera, tudo isso tem no Estado de Rondônia, será que o Governo do Estado não pode criar um calendário onde coloca o Boi Bumbá, onde coloca o Duelo da Fronteira, a Flor do Maracujá, isso tudo, é isso que a Ex-deputada Epifânia está pedindo.

(Às 19 horas e 34 minutos o Sr. Maurão de Carvalho passa a Presidência ao Sr. Hermínio Coelho.)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Deputado Jean, para de falar porque senão o Governo não vai ter nenhum voto. Está mudando os votos todinhos com seu discurso.

O SR. LEBRÃO – Vocês podem mudar os votos. Questão de Ordem Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – D e p u t a d o Lebrão pode fazer a Questão de Ordem, meu amigo.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem deputado Hermínio. Eu estou dizendo para vocês que todos esses Projetos são

aprovados dentro do município é de iniciativa do Poder Executivo e nós do Legislativo vocês sabem, você é advogado, falta à palavra “autorização” qualquer um dos Deputados pode fazer, repetir esse Projeto.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Não pode fazer uma Emenda?

O SR. LEBRÃO - Autoriza antes, dando determinação, ele se torna constitucional, só isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado, eu acho que aqui ninguém precisa ensinar o que é certo ou errado, todos aqui tem uma noção básica do certo ou errado, agora o que é proibido por Lei, vedado, inconstitucional vício de iniciativa é quando você promove um custo para o Poder, seja para qualquer outro Poder, isso é inconstitucional, agora nesse caso, não vai alterar nada nos cofres do Executivo, muito pelo contrário, nós simplesmente estamos fazendo com que o Executivo tenha uma ação, uma ação. Então isso é o equívoco de vossa excelência pensar que esta Casa não pode condicionar normas para o próprio Executivo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado deputado Jean.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lázinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- abstenção
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- não

Com 17 votos NÃO, 3 SIM, 1 abstenção. Está rejeitado o Veto do Governador. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Eu só quero deixar claro uma situação, que eu citei, quando citei a questão do processo das placas comparei, Deputados eu peço atenção, para não deixarmos mal entendido aqui. Quando eu coloquei aqui a situação, uma comparação do processo das placas com relação ao do Alternativo, eu não

estou falando com relação à corrupção, eu estou falando da forma como que foi feito o processo. É lógico, deputado Airton que lá esse processo não tem corrupção, principalmente para o DETRAN, o DETRAN não arrecada com isso, e outra coisa, eu respeito muito o deputado Airton, como Vice-Governador, como Diretor do DETRAN, jamais fiz qualquer tipo de acusação contra o deputado Airton e a comparação deputado Airton eu falo só da questão da falta de zelo de como foi feito o processo e dizer que uma coisa não tem nada a ver com a outra, principalmente; o Mosquini sabemos que é corrupção de primeira e vossa excelência é uma pessoa que tenho o maior respeito e que eu não tenho nada a falar, principalmente, nesse sentido, está bom Deputado Airton, lhe respeito muito e o que eu quero é que o DETRAN corrija algumas coisas que acontecem que é normal, acontece muitas vezes, até sem ordem sua, para corrigir para evitar problema maior mais tarde para todo mundo.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 151/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 205. Veto Total ao Projeto de Lei nº 1363/14, de autoria da deputada Epifânia Barbosa que “Veda, por prazo determinado, a utilização das Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino de Rondônia para fins não educacionais”.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente pela Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Esse parecer, ele não deve ser discutido o parecer para depois ser aprovado, sim ou não, aí depois coloca em discussão o Veto?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Esse Projeto, eu acho Presidente, que nós temos que acatar o Veto pelo seguinte, está limitando para usar as escolas para outras reuniões a não ser que seja da área da educação. Hoje com essa democratização das escolas hoje faltam auditórios, as pessoas da comunidade, o pessoal daquele bairro precisa usar a escola, a diretora tem que deixar liberdade para a diretora eu acho que deixar, porque nós não podemos limitar isso que a sociedade precisa de espaço para discutir. Porque proibir só assuntos educacionais? No meu ver nós temos que deixar a liberdade das diretoras, que elas hoje são eleitas pela comunidade, pelos funcionários, essa integração da sociedade nas escolas eu acho muito importante, seja outros assuntos até de uma Associação de Moradores que queiram se reunir dentro do colégio, qual o empecilho? E aí nós estamos aí limitando dizendo que não pode porque uma associação de moradores, por exemplo, para fazer uma eleição, não pode.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Adelino, deputada Lucia, deixa eu primeiro colocar o projeto em votação

e discussão para discutir, está sendo discutido sem a gente tem que colocar em votação. Em discussão e votação o Veto Total ao Projeto nº 151/14. O Veto é de autoria do Executivo, e o projeto é de autoria da Epifânia. E o Projeto do Executivo é o Veto Total vetando o Projeto.

Em discussão e votação. Votação nominal o painel já está aberto e também a discussão. Deputada Lucia Tereza, depois é vossa excelência deputado Jesuino.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu gostaria de dizer ao nobre deputado Adelino Follador, colega, professor, que ela não está limitando, ela não está não emprestando escola, não colocando a escola à disposição da comunidade, muito pelo contrário, ela está normatizando o tempo que muitas vezes se ocupa em escolas e depois não se leva em consideração os dias que faltam, por exemplo, que nem enchente, ocupam-se escolas para fazer de acolhimento, abrigo para as pessoas de sessenta, setenta dias, que é da alçada da defesa de governo dar jeito de levar para moradia, levar para hotel e não para escola mais de quinze dias, porque depois o ano letivo atrapalha não só os trabalhadores em educação que ficam repondo aulas, no faz de conta que se está dando aula, que a gente sabe disso, e muitas vezes penalizando os alunos, atrapalhando a vida dos pais e não ajudando a comunidade, vamos prestar atenção, se for o caso, volta a discutir, mas no meu entendimento, ela não está vedando a utilização das escolas para a comunidade, de maneira nenhuma, ela está limitando, por exemplo, se for ter uma festa folclórica que demore quinze dias para dançar forró lá na escola, que a comunidade está se sentido bem, tudo bem, desde que não atrapalhem e limitando o prazo que se ocupa essas escolas. Mesmo porque tem outras normas que ela está colocando nesse projeto e que eu quero aqui parabenizar a ex-deputada Epifânia, porque ela está normatizando, inclusive, por exemplo, da utilização das escolas, quando se deixa para os professores, para a diretora tudo quanto é coisa que quebra a escola, que estraga, deixa para a educação fazer, para a educação fazer que já são tão poucos os recursos e faz tudo. E não se utiliza como fins, se utiliza escola para meios; muitas às vezes as pessoas usam a escola como fim, deixa lá, está na escola mesmo é do povo, ela está limitando. Por isso, eu optei pela rejeição do veto porque tenho certeza que será com certeza utilizada pela comunidade nas carências, mas em tempo limitado para que a educação não seja bloqueada, que o processo educacional não seja a solução para todos os problemas, é só na educação que desemboca, por que não põe na saúde e nos hospitais? Por que não se põe em outras construções físicas tão boas, por que não põe nas Assembleias? Por que não põe nas Câmaras? Então, eu continuo pela rejeição do veto, eu aprovaria, estou aprovando esse projeto porque eu acho que ele faz o equilíbrio da utilização da escola e tudo com equilíbrio é muito bom. Eu entendo assim peço aos nobres, eu acho que não vai atrapalhar, não vai machucar ninguém, eu acho que esse projeto foi muito bem pensado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero parabenizar sua defesa, mas eu ainda continuo achando que deve ser dada liberdade, por exemplo, nessas enchentes não tinha outra alternativa naquela região ali onde tem, e a escola também não tem aula

durante as enchentes, não tem como aí você não pode usar o colégio aonde vai ficar? Então, é calamidade pública, eu entendo que qualquer local que esteja melhor adequado tem que acomodar o pessoal.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Deputado, mas o senhor não concorda para essas famílias ficarem tão mal acomodadas jogadas em uma escola, ficar quinze dias não estava bom? Para todas as autoridades tomares providências dos alagados, dos ribeirinhos, dos flagelados, dos menos favorecidos, quinze dias não está bom? É o que ela determinou.

O SR. JESUINO BOABAI D – Realmente tem que esclarecer essa questão de ordem o que a Deputada está defendendo é apenas, deputado Lebrão, é a questão de disciplinar porque os maiores prejudicados são os professores, são os alunos, é incabível que ninguém está colocando que não possa ser utilizado, apenas limite e que o Estado, como sempre passa a responsabilidade para o Estado não para a Assembleia, não para o Tribunal de Justiça, não para o Tribunal de Contas. Tem que começar tirar essas responsabilidades das pessoas, das instituições e passar as responsabilidades para eles, que eles coloquem em um local adequado e digno. Agora não podemos aceitar que as escolas ou qualquer outro órgão aonde haja pessoas que utilizam sejam prejudicadas, é só isso, é só disciplina não existe nada de inconstitucional, é só isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Saulo.

O SR. SAULO MOREIRA – Presidente, aqui, nós precisamos trabalhar a aproximação da comunidade a escola, e a partir do momento que nós limitarmos o que será usado nas escolas, o que poderá ser feito nas escolas, a direção da escola sempre ficará em dúvidas. A direção da escola, ela pode ter, ela deve ter a responsabilidade de saber o que se pode praticar na escola e o que não pode. O que pode acontecer nas dependências das escolas ou não. Então, eu acredito que nós não podemos aqui definir, nós não temos condições de definir aqui o que poderá acontecer no pátio da escola ou não. Portanto, a direção da escola fica responsável em saber o que pode acontecer na escola que não vai prejudicar o não letivo, que não vá prejudicar os seus alunos, que não vá prejudicar a comunidade, que não sejam ações que acontecerão dentro das escolas, que sejam ações que vão denegrir a imagem, que vão ser contra a moral, os bons costumes, a ética enfim, a direção da escola que tem que ter essa responsabilidade.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Deputado Saulo, eu acho que de qualquer forma, no mínimo, nós temos que colocar o seguinte: ele pode até ter essa autonomia, a diretoria para ceder o espaço da escola para outras coisas, mas desde que não prejudique o ano das crianças. Porque não dá, não dá para você cobrir um santo e descobrir outro, para que um crime maior do que deixar nossas crianças perderem meses e meses de aula, e depois obrigar lá no final do ano, professor cobrir tempo e aluno estudar. É como eu falei, esse projeto, ele é muito importante sim. E outra coisa, por que o governo não coloca nos hotéis? Tem que prejudicar, têm que ter o problema, tem que ser as escolas, as crianças, os alunos, o

pessoal da educação é que vai pagar sempre o pato? Porque, eles nunca vão arrumar outro lugar, enquanto tiver os espaçozinhos nas escolas, eles não querem nem saber, já jogar o povo de qualquer jeito lá nas escolas, isso é uma forma até de obrigar o governo dá mais dignidade na hora dessas cheias.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente. Gostaria de dizer, nos pequenos municípios principalmente, temos dificuldades não tem um espaço, um clube para alugar, os casamentos no final de semana sexta-feira, dia de sábado, não prejudica nada, e eles são realizados lá na quadra, na quadra do colégio, e às vezes a comunidade não tem outra opção, alternativa, e hoje já virou uma tradição lá nos municípios, o município de Urupá toda sexta-feira e sábado, quem quiser participar de um casamento é lá na quadra do Colégio Altamir Billis Soares. Então, eu acho que é muito importante essa lei, porque eu acho que nós proibirmos hoje, afastar a comunidade das escolas e deixar a comunidade sem uma opção, uma quadra pública no município servindo a comunidade nos eventos e com certeza a direção da escola vai saber muito bem o que pode e o que não pode como disse aqui o deputado Saulo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Queria dizer o seguinte: eu queria ver se o Confúcio ou a turma dele lá, do Mauro Nazif, se eles tivessem alguém amigos deles que tivessem um galpão bem grandão, se eles não alugavam superfaturado que nem o Mauro alugou agora o Alfa, não sei para quê, alugou, pagou aluguel há cinco meses, cinco meses estão pagando aluguel dizendo que é para fazer um shopping cidadão, e não tem nada lá. É como eu lhe falei, com certeza se tivesse, porque tem uns caras aí, os caras poderiam construir uns galpões bem grandes, sabendo que todo ano tem enchente no rio Madeira agora, porque na hora, eles alugam rapidinho para ganhar um dinheirinho extra, para ganhar um extra. Por isso que eu digo para Vossas Excelências, o projeto da Epifânia, ele é bom sim, ninguém vai impedir nada, nós, Deputados, não precisamos estar autorizando nada, se fizermos tudo conforme, sem abusos, nós não vamos estar nos metendo nisso. Mas não pode é isso é fazer as escolas de alojamento da forma que tem feito aí de qualquer jeito, isso não dá, tem que colocar um limite nisso mesmo. Queria, de antemão agradecer a nossa Comissão de Justiça que mudou muito, a Comissão de Justiça passada nem funcionava e eu quero que vossas excelências continuem sempre assim, os membros da comissão, que eu não sei nem quem é. Eu quero que vossas excelências continuem sempre assim, parabéns Presidente, e aos membros, porque meu amigo, eu estou vendo que o negócio começou a funcionar.

Por isso que eu tenho uma esperança muito grande nessa nova legislatura e nos nossos companheiros que a nossa Assembleia funcione diferente e já está diferente. A Comissão de Justiça trabalhando. Aqui se fosse à outra legislatura não tinha um parecer aqui de nada. Era tudo aqui no grito. Por isso parabenizar a nossa Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, gostaria de falar, por gentileza. Eu votaria sim senhor Presidente, por conhecer a realidade de muitos Distritos aqui de Porto Velho, afetados pelas cheias, você vai ao distrito de Calama que fica distante e vossa excelência bem conhece, doze horas para chegar lá de barco, não tem outro local apropriado para receber os flagelados que não a Escola General Osório. Escola Estadual lá no bairro do Alto, sem sombra de dúvida eu votaria sim, ainda que voto não, além de fortalecer a Comissão de Constituição e Justiça, que é essa a intenção e eu parabeno o deputado Presidente, Marcelino Tenório, também voto justamente para disciplinar, senão fica esse vai e volta e fica dependendo das circunstâncias. Vamos disciplinar. Então vou votar não, já justifico o porquê do não, mesmo sabendo que não tem outro espaço físico que muitos Distritos, cercanias e vilarejos que não há escolas para receber esses flagelados. É uma situação dramática que tem que ser revista. E esse é o momento através da disciplinação.

O SR. HERMINIO COELHO (Presidente) – Deputado Léo. Ninguém vai impedir, vossa excelência citou o caso de Calama, como tem outros distritos. E aqui na Capital também. Vossa excelência acha que nós Deputados vamos de dizer: “- olha não pode colocar os desabrigados aqui não”. Ninguém vai fazer isso, mas é um meio já de discutirmos outras alternativas, para que não sejam prejudicadas as crianças

O SR. AÉLCIO DA TV – Senhor Presidente, eu queria apenas chamar a atenção mais uma vez. Porque esse projeto quando eu o peguei na hora que olhei. Inicialmente eu achava que eu deveria manter o veto, porque eu dizia: “- Como não vai poder usar a escola? A comunidade não pode”. Quando você olha nas entrelinhas ele está dizendo assim: A comunidade não vai poder usar sem marcar um prazo, porque senão daqui a pouco alguém muda para escola e vai viver lá e tem que entrar com a reintegração de posse na justiça para a pessoa sair, para poder ter aula. A escola foi criada para ter aula. Tem um calendário escolar inclusive puxadíssimo e que se perder tempo não acontece o calendário escolar. Então eu acho extremamente importante a rejeição, o não a esse veto. Isso não significa dizer que a comunidade não possa usar a escola, mas que a comunidade ao usar a escola marque a data de desocupar a escola.

O SR. LEBRÃO – Ainda para discutir, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não deputado Lebrão, para finalizar.

O SR. LEBRÃO – Na verdade não precisava ser normatizado através de lei, porque já existe o estatuto dentro das escolas e o diretor sabe o que pode e o que não pode. Então eu acredito que é uma lei que está sendo aprovada e que vai ser derrubado

o veto pelo que eu vejo aí, mas não vai mudar nada. Então é uma questão...

O SR. LÉO MORAES – Mas Deputado, a lei estadual ela é superior a essa normatização, esse decreto das escolas.

O SR. LEBRÃO – Sem dúvida, eu entendo. Mas nós não temos problema nenhum de usar a escola.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta um voto para rejeitar, não tem nenhum companheiro para votar não? Deputado Lazinho, em homenagem a sua companheira do PT. O projeto é da companheira do PT.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não. Para quem mora lá no cantão.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas ninguém vai fazer, ninguém vai...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Veja bem, a Escola que é da comunidade, têm suas regras, seus regulamentos. Nós agora aqui nesta Casa vamos querer interferir na vida da comunidade. Quando precisar utilizar vai ter que vir na Assembleia pedir autorização para a Assembleia para poder utilizar a escola. O rio encheu e nós vamos lá para a Assembleia correr para fazer uma lei para poder ocupar a escola porque o rio está cheio.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas ninguém vai fazer isso não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – É da companheira, mas é isso que está aqui. É isso que está aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Deputado mesmo do PT, da própria companheira, eu acho que está havendo um equívoco, ninguém está dizendo, igual disse o Deputado Lebrão, apenas estamos tentando colocar uma disciplina. Ninguém vai falar lá em Calama, São Carlos, ou qualquer distrito. Se não tiver local vai ter que ser lá. Em caso de calamidade pública eles vão declarar lá e então pronto. É só uma questão para regulamentar. É só isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Se a gente aprovar isso aqui, vai ter que vir para cá de novo. É claro, vai ter que vir aqui para ser aprovada a utilização.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não adianta fazer uma lei que não serve para nada, não adianta fazer uma lei, e de mais a mais a enchente você não sabe quando vai terminar, como vai disciplinar quanto tempo vai ficar lá se não sabe quando vai parar de chover? O Estado não pode atrapalhar o cidadão. No meu ver, eu sempre sou a favor de deixar livre para a sociedade também decidir o que ela quer, eu acho que nós não podemos limitar tudo não na vida.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, o povo vai para as escolas porque não tem outro jeito. Eu vou encerrar a votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Com 8 votos SIM e 12 NÃO, foi mantido o veto. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - VETO TOTAL 152/14 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 207. Veto total ao Projeto de Lei nº 926/13, de autoria da deputada Ana da Oito, que estabelece prioridade de matrícula nos estabelecimentos de ensino da rede pública para os filhos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vou ler o voto do Relator, deputado Laerte Gomes: “Diante do exposto, é este o relatório de parecer favorável a manutenção ao veto do projeto ora discutido e analisado quanto a sua legalidade, constitucionalidade e regimentabilidade”. Eu acho que nós não devemos perder muito tempo discutindo, eu acho que esse até eu vou votar favorável.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, foi analisado a questão legal do projeto, a questão legal tanto por parte do Governo como por parte da Casa, sua assessoria jurídica que

opinou pela inconstitucionalidade, não olhando o lado social logicamente, olhando a constitucionalidade dela.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Encaminhe o voto, excelência.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Esse até eu vou votar a favor do Confúcio.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente Hermínio, Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. ALEX REDANO – Com sua permissão, registro a presença aqui do amigo Robson, ex-prefeito da cidade de Itapuã do Oeste que está aqui nos visitando, seja bem-vindo Robson.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Robson pela presença. Um abraço a todos que estão nas galerias.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosangela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerrada a votação. **Com 17 votos SIM, está mantido o veto. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 153/14 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 211. Veto Total ao Projeto de Lei nº 1387/14, de autoria da deputada Epifânia Barbosa que “Dispõe sobre a organização do Acesso Gratuito ao Teatro Palácio das Artes pelos estudantes, assegurando a democratização, valorização e incentivo à produção cultural no meio estudantil, propiciando a formação de plateia e o desenvolvimento cultural”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O voto do parecer do nosso Relator da Comissão de Constituição e Justiça do veto, é o nosso deputado Jesuíno Boabaid. Diante do exposto é esse o relatório favorável à manutenção ao veto do Projeto ora discutido e analisado. Quanto a sua constitucionalidade, legalidade e regimentabilidade, é o voto do nosso deputado Jesuíno que é pela manutenção do veto do Governador.

Em discussão e votação. O painel está aberto. Esse Governo não tem líder, quem é o líder desse Governo? É o deputado Lebrão, é o deputado Laerte. É o deputado Cleiton.

O SR. LAERTE GOMES – O Líder já está perto da tribuna, o deputado Léo Moraes pela Liderança.

O SR. EDSON MARTINS – Nobres Companheiros. Vamos encaminhar a votação pela manutenção do veto. Votando sim e também acompanhando o voto do nosso querido relator, deputado Jesuíno. Voto sim.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O deputado Edson Martins nunca vai deixar de ser líder do Governo, já que não tem líder vossa excelência cuida.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente

- Deputada Rosângela Donadon - sim
- Deputado Saulo Moreira - sim
- Deputado Só Na Bença - sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerrada a votação.

Com 15 votos SIM, 2 votos não. Está mantido o Veto. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - VETO TOTAL 154/14 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 212. Veto total ao Projeto de Lei nº 1388/14, de autoria do deputado Hermínio Coelho, que altera o caput do artigo 11 da Lei nº 749, de 4 de novembro de 1997.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É o Veto Total nº 154/14.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Tem que discutir essa matéria, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - O parecer do nosso Relator da Comissão de Constituição e Justiça, é pela manutenção do veto.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Quero fazer um requerimento para à Mesa e para a Secretaria Legislativa para que os projetos a partir de agora, que na Ementa venha todo o Mérito do projeto, tratando o conteúdo por que às vezes vem: “altera-se o parágrafo do artigo 2º e tal, tal...”, que ninguém nunca vai saber da lei mil novecentos e tanto de 88, nunca nós vamos saber do que se trata esse projeto se não tiver uma análise profunda. Por que o que quê acontece? Estuda-se nas Comissões, porém, o volume de projetos é tão grande que não tem como se fazer um acompanhamento aqui pelo plenário. Tem como se fazer um acompanhamento preliminar, porém, era interessante que a Ementa tratasse a matéria do projeto, o mérito do projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado nós estamos discutindo o veto aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu estou, Presidente, fazendo um ponto de vista para que esses erros não venham acontecer novamente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Este projeto, o parecer do nosso deputado Léo Moraes é pela manutenção do veto, mas, o que quê diz esse projeto? É um projeto simples, e com certeza todos os projetos que eu apresento aqui é a

sociedade que traz, que apresenta a ideia e a gente apresenta. O projeto é muito simples que obriga o órgão ou a entidade promotor do concurso...

O SR. LÉO MORAES – Presidente, se quiser eu faço a explicação? Por eu fui o relator. Se quiser eu faço a explicação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Um momentinho deputado Léo, eu já passo para vossa excelência. O órgão ou a entidade promotora do concurso deverá publicar no Diário Oficial do Estado em site eletrônico do Poder ou Instituição. É um projeto tão simples por que se as pessoas pediram isso é por que não deve ser colocado e é tão simples, colocar no Diário Oficial a entidade que for fazer o concurso, colocar no Diário Oficial do Estado, ou no caso, se for a Assembleia que coloque no site também da Assembleia, se for do Tribunal no site do Tribunal. deputado Leo.

O SR. LÉO MORAES - Senhor Presidente, temos que fazer uma defesa dessa manutenção do veto posto pelo Executivo Estadual no que diz respeito à confusão que isso pode gerar. Quando você se inscreve para prestar um concurso, tem um protocolo você vai fazer um acompanhamento no site do Governo do Estado, assim como no site da empresa prestadora do serviço. No momento seguinte se isso for aprovado pode ser divulgado em jornais de grande circulação, vai gerar uma confusão para a pessoa que se inscreveu postulante ao cargo efetivo do Estado a acompanhar a sua situação cadastral. É tão somente por isso e por conta desse motivo eu pedi para acompanhar o veto do Executivo estadual.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está em discussão, em votação. Eu vou votar contra o veto por que o projeto é meu, nem na faça eu voto a favor, mas vossas excelências ficam livres para votarem da forma que quiserem votar. Eu vou votar pela derrubada do veto, mas, vossas excelências podem votar da forma que acharem melhor, por que eu acho que o projeto sem futuro também. Mas se o povo pediu, eu coloquei.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- | | |
|-------------------------------|-----------|
| - Deputado Adelino Follador | - sim |
| - Deputado Aécio da TV | - sim |
| - Deputado Airton Gurgacz | - ausente |
| - Deputado Alex Redano | - sim |
| - Deputado Cleiton Roque | - sim |
| - Deputado Dr. Neidson | - sim |
| - Deputado Edson Martins | - sim |
| - Deputado Ezequiel Júnior | - sim |
| - Deputada Glaucione | - ausente |
| - Deputado Hermínio Coelho | - não |
| - Deputado Jean Oliveira | - ausente |
| - Deputado Jesuíno Boabaid | - sim |
| - Deputado Laerte Gomes | - ausente |
| - Deputado Lázinho da Fetagro | - sim |

- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Está encerrada a votação. Com 13 votos SIM, 1 NÃO. Está mantido o Veto. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Não há mais matérias Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de um minuto com a finalidade de apreciar o Projeto de Resolução 006/15 da Mesa Diretora; e o Projeto de Lei nº 019/15 do Poder Executivo.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 8 minutos).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº0218/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

EXONERAR:

O servidor **ZAMYRTON GUIMARÃES DA ROCHA**, matrícula nº100001248, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, do Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, código DGS- 2, a partir de 31 de janeiro de 2015.

Porto Velho, 26 de janeiro de 2015.

José Hermínio Coelho
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretária Geral

ATO Nº0911/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

ALTERAR:

A lotação e a Função de Chefe de Gabinete código DGS-2, da servidora **ROSEMEIRE DA SILVA ARAUJO SANTOS**, matrícula nº. 100003822, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, para o Gabinete Deputado Maurão de Carvalho, a contar de 02 de março de 2015.

Porto Velho, 10 de março de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O **SECRETÁRIO GERAL** da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, torna público aos interessados que nos termos do art. 24, Inciso II combinado com o art. 23, II, “a”, da Lei nº 8.666/93, objetivando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO E IMAGEM** para atender o Gabinete da Presidência, desta Casa de Leis, conforme **Processo Administrativo nº 00001289/2015-28**, contratará por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** a empresa **M. A. ELETRÔNICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **04.596.321/0001-51**, no valor total de **R\$ 3.360,20** (Três mil, trezentos e sessenta reais e vinte centavos). Publique-se!

Porto Velho/RO, 20 de março de 2015.

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL/ALE-RO

***Republicado por incorreção de valores na publicação realizada no D.O – e – ALE/RO nº 045, de 19 de março de 2015.**